

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ELISA SELL DE SOUTO GOULART

**O SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR CATARINENSE: A PARTICIPAÇÃO
DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DO ACESSO À JUSTIÇA**

FLORIANÓPOLIS

2012.1

ELISA SELL DE SOUTO GOULART

**O SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR CATARINENSE: A PARTICIPAÇÃO
DO ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DO ACESSO À JUSTIÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
da Universidade Federal de Santa
Catarina, com exigência parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Eliete Cibebe
Cipriano Vaz

FLORIANÓPOLIS
2012.1

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo destacar a importância do Sistema de Mediação Familiar, de seu método, e a pertinência do Serviço Social, em sua dinâmica. Para isso foram propostos como objetivos específicos elucidar o teor do Sistema de Mediação Familiar, sendo aludido seu preâmbulo, sua esfera de atuação, sua expansão mediante as transformações societárias e o surgimento de novas demandas. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório, delineado como pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Assim, foram resgatadas as ações realizadas pelo Tribunal de Justiça, especialmente, de Santa Catarina, a fim de apresentar a implantação do referido Sistema, os principais motivos que levaram à sua rápida expansão nesse Estado, privilegiando aspectos das mudanças no âmbito intrafamiliar, bem como seu processo de ruptura. Como aporte teórico foram utilizadas obras de autores, como Ávila (2003), Costa (2009), Braganholo (2005). Foram referenciados os direitos preconizados na Constituição Federal de 1988, e a pertinência da Mediação Familiar na efetivação destes direitos outrora garantidos. Referente à participação do Serviço Social neste Sistema, este trabalho buscou detalhar a significância do assistente social, e em que medida sua formação e as dimensões da profissão são altamente providenciais à defesa dos direitos e, concomitantemente, do acesso à justiça, por parte dos sujeitos mediados.

Palavras-chave: Mediação Familiar, Serviço Social, Direito à Justiça.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. O SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR	9
1.1 ASPECTOS GERAIS.....	9
1.2 PANORAMA BRASILEIRO DE FAMÍLIAS EM PROCESSO DE RUPTURA E A INSTÂNCIA JUDICIÁRIA	11
1.3 DIFERENCIAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	13
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NO ESTADO CATARINENSE .	14
1.5 PARONAMA DA RESOLUTIVIDADE, ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR EM SITUAÇÕES DE DIVERGÊNCIAS FAMILIARES	17
TOTAL.....	20
2. A FAMÍLIA ENTRE AS LEIS OBJETIVAS E AS REGRAS QUE NORTEIAM AS RELAÇÕES DE AFETO: A NECESSÁRIA MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	21
2.1 PRINCIPAIS DEMANDAS	24
2.2 A NECESSIDADE DO ADJUNTOR NA INSTÂNCIA JUDICIÁRIA.....	31
2.3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR	41
3. A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, NA MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	45
3.1 OS NECESSÁRIOS ALICERCES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	49
3.2 A CAPACITAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	50
3.3 O DESAFIO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À MEDIAÇÃO FAMILIAR	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS.....	64
ANEXO 1	64
ANEXO 2	66
ANEXO 3	68

INTRODUÇÃO

Discorrer a respeito da atuação da mediação familiar, nas demandas de família, reporta à necessária discussão sobre a profundidade e complexidade que abarcam a família, suas variadas configurações e os seus vínculos. A citada instituição que, segundo o art. 226 da Constituição de 1988, *é a base da sociedade e possui especial proteção do Estado*, é conceituada, por alguns autores, como grupo fechado de pessoas, tendo pais e filhos, ligados pela coexistência e amor, com objetivos parecidos, cabendo ao Estado protegê-la, conforme delineiam Diniz (2008) e Rodrigues (2004). Numa perspectiva histórica e ampliada, Amaral (2001) concebe a instituição familiar na qualidade de construção social, alterada continuamente segundo as épocas, perdurando, todavia, o “sentimento de família”, que é gerado a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo familiar.

As relações familiares edificaram-se apuradas ao modelo patriarcal, no qual a figura do paterna/patriarca representava a chefia soberana do lar. As metamorfoses deflagradas na esfera intrafamiliar sucederam em decorrência das mudanças societárias, transformações estas no âmbito econômico, cultural, político, que favoreceram, por exemplo, o arrefecimento do traço eminentemente patriarcal, processo este que ainda ocorre de maneira paulatina, segundo reflete Pinto (2007).

Leite (2005) explana que o aparato legal acompanhou tais transformações ao longo dos anos, expresso através da recente alteração no Código Civil de 2002, no qual o entendimento acerca das variadas formas de conjugalidade; simetria de gênero entre homem e mulher, que no Código Civil de 1916 era desprezada; extinção da diferenciação de filhos legítimos e não legítimos, entre outros ganhos, que mais a frente serão abordados, são evidenciados no Código Civil de 2002.

Vislumbrando as garantias e expansão no Direito de Família, nota-se que é concomitante o processo crescente da litigiosidade, uma vez que existe a possibilidade de exigência de efetivação destes direitos, por intermédio do Poder Judiciário. Todavia, as relações afetivas são experienciadas pelo homem na sua subjetividade, a qual possui movimento, fluidez, demonstrando que as leis objetivas e o respaldo legal demandam a consideração da totalidade da experiência intra-familiar, apreciando as suas particularidades, como referem Dias e Groeninga (2011).

Há também a necessidade de ser aludida a sobrecarga da esfera Judiciária, através da quantidade exorbitante de processos judiciais, uma vez que em razão do aparato jurídico, as reivindicações podem ser mais recorrentes e com maiores chances de aproximar-se do litígio. Estas duas variantes: a limitação teórica na obtenção de efetiva resolução de conflitos, somado à dificuldade de atendimento aos volumes processuais, oportunizaram a emergência de métodos alternativos de resolução de conflitos.

Desta feita, a mediação familiar ascende como significativo adjutor do Poder Judiciário. Preconiza a resolução dos conflitos familiares, contribuindo para o acordo entre as partes, validando as particularidades históricas da família, seus condicionantes, atendendo de maneira mais célere à demanda apresentada. As situações mais recorrentes dizem respeito à guarda e modificação de guarda; regulamentação do direito de visitas; oferta de alimentos; alimentos provisionais; separação consensual ou litigiosa; divórcio; reconhecimento de união estável, entre outros.

Na conjuntura do Estado catarinense, a mediação familiar nasce através da observação ao aumento dos processos nas Varas de Família, seguido da baixa resolutividade destes processos. Logo, o empenho da assistente social da Comarca da Palhoça, Eliedite Mattos Ávila, subsidiada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desencadeou sua ida ao Canadá, no fim dos anos 1990, a fim de realizar o mestrado em Mediação Familiar, visando o aprofundamento e aprimoramento acerca da mediação familiar. Posteriormente o retorno de Ávila ao Brasil, através da Resolução nº 11/2001 – TJ/SC, foi implementado o Sistema de Mediação Familiar na Comarca da Capital, inicialmente, sendo depois estendido a vários municípios catarinenses. O processo de implementação deste sistema abarcou o curso de formação e capacitação de mediadores familiares, a priori, para profissionais do Serviço Social e Psicologia, do Judiciário Catarinense.

Sugerido é pela Resolução nº 11/2001 – TJ/SC que o sistema de mediação familiar seja composto por uma equipe interdisciplinar, constituída por profissionais da área do Direito, Psicologia e Serviço Social.

Relativo à oportuna participação do assistente social na equipe interdisciplinar mostra-se fundamental pensar a acolhida e análise crítica do mediador perante a condição, muitas vezes, de fragilidade familiar. Este profissional é dotado de subsídios que lhe permitem encadear a causa específica apresentada junto aos ordenamentos econômico-sociais, à categoria *trabalho* e às graves consequências do vigente modelo

capitalista no cotidiano dos sujeitos. As relações colocadas na sessão de mediação devem ser reguladas pelo princípio liberdade do sujeito de direitos, prezando primeiramente pelo perfil democrático. Esta postura profissional se vale pelo reconhecimento do direito humano à cidadania, à justiça e à equidade social, considerando-se a universalidade de direitos, com base nos princípios da Lei 8662/93, o Código de Ética do/a Assistente Social, como o *reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo*.

A mediação familiar, que propicia o diálogo e a reflexão, também oportuniza um novo cunho para relação constituída entre os mediandos, não se restringindo ao acordo pontual celebrado na sessão da mediação. Na luta em defesa dos direitos, o assistente social executa seu trabalho, objetivando a promoção da cidadania e da justiça social. A importante inserção do profissional do serviço social na mediação familiar, desempenhando sua função na qualidade de mediador de conflitos, depara-se com a oportunidade de harmonizar a ciência da sua área do conhecimento específica, através de seus instrumentais, juntamente à mediação.

O interesse para a realização do presente trabalho emergiu a partir dos questionamentos colocados à pertinência da participação e inserção do assistente social na equipe interdisciplinar do sistema de mediação familiar.

Desta feita, o objetivo principal deste estudo corresponde à valorização do Sistema de Mediação Familiar, ao esclarecimento do que se trata o método de mediação familiar no Estado de Santa Catarina, desdobrando-se na apresentação de sua emergência, seu público alvo, sua esfera de atuação e atribuição, bem como na evidência da importância e de sua conexão com a formação profissional do assistente social. Para tanto, foi realizado um Estudo Exploratório, delineado como pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa.

O método adotado para a compreensão do objeto de estudo, qual seja o Sistema de Mediação Familiar e a atuação do Assistente Social no método de mediação familiar, foi o materialismo histórico dialético que permite a análise e interpretação dos dados num contexto dinâmico e totalizante da realidade.

Desta forma, este trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção, são apresentados, de maneira geral, os tópicos e premissas da mediação familiar, os profissionais aptos a atuarem na mediação, sua extensão em esfera nacional e

internacional, explanando a conjuntura a qual favoreceu a implantação deste método no Estado Catarinense, através da Resolução n. 11/2001-TJ/SC. Também são apresentados os projetos de Lei, objetivando a institucionalização da mediação familiar, que atualmente tramitam no Congresso Nacional Brasileiro. Igualmente, é realizada diferenciação entre *mediação* e a *conciliação*, uma vez que, por ambas se tratarem de um método alternativo de resolução de conflitos, tendem a ser confundidas, apesar de terem segmentos diferenciados. É apresentado um panorama das famílias em processo de ruptura, demandárias da Justiça, e a relação destas com intercessão da Instância Judiciária. E relativo a isto, é explicitado um quadro acerca da resolutividade dos casos de mediação familiar nas Comarcas de Santa Catarina.

A segunda seção atém-se à categoria família e problematiza a subjetividade a qual circunda as relações de afetividade e sob a qual é construída. É realizado resgate de aspectos históricos acerca dos moldes familiares, considerando as alterações societárias, bem como a expansão do direito de família e o crescimento da litigiosidade, reflexo, muitas vezes, desta expansão. Em face deste movimento de *judicialização* das relações familiares em conflito, é discutida a capacidade do Poder Judiciário em atender, a contento, estas demandas, quantitativamente, assim como qualitativamente. A partir disto, é explanada a imprescindibilidade da intervenção do Sistema de Mediação Familiar nestas situações, com suas ações voltadas para o efetivo acesso à justiça. No fim desta seção é iniciada a discussão a respeito da validade do papel do assistente social na qualidade de mediador familiar.

Na terceira e última seção problematiza-se a formação profissional do Assistente Social e da forma como os atributos desta formação correlacionam-se à atuação preconizada pelo Sistema e do método da mediação familiar. Discute-se a instrumentalidade da profissão (Guerra, 2000), e de que maneira as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa vêm subsidiar o assistente social no atendimento aos usuários no desenvolvimento da mediação familiar, bem como a associação desta com as legislações do Serviço Social. E, por fim, são delineados os desafios históricos e ainda postos ao assistente social ao colocar-se como profissional destacadamente reconhecido, em face do conservadorismo no Serviço Social, bem como no Poder Judiciário, dando especial enfoque à pertinência e expansão da área de atuação desse profissional, como mediador familiar.

1. O SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

1.1 ASPECTOS GERAIS

Pode-se afirmar que a *mediação familiar* é uma ação composta por algumas áreas profissionais e suas contribuições teóricas, cuja performance incide sobre as relações familiares em situação de conflito. Este método resume-se no ato de intermediar os problemas familiares - que em muitas situações tiveram a comunicação cerceada - e juntamente aos sujeitos, alcançar um acordo que atenda satisfatoriamente ambas as partes¹.

Por se tratar de questões de família, e estas; por sua vez, possuem complexidades haja vista o envolvimento emocional, financeiro e social dentre outros, revela-se necessária a contribuição de profissionais de várias áreas, compondo a então chamada *equipe interdisciplinar*. Sugere-se (Resolução n. 11/2001-TJ/SC) que esta equipe seja formada por profissionais da área do Direito, da Psicologia e do Serviço Social.

O objetivo deste método é a solução de subversões familiares, onde as partes requerem a participação de um profissional com competência técnica para tanto, a fim de que os possibilite resolver as divergências em pauta e impetrar um acordo que atenda, no que for possível, seus anseios.

Neste procedimento, o profissional que exerce o papel de mediador não irá definir quais deliberações deverão ser efetuadas pela família, e sim sinalizará possíveis escolhas que atendam aos interesses de todos.

¹ Em primeira instância, os profissionais que atuarão na qualidade de mediador deverão possuir formação específica, preferencialmente nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito e Pedagogia. Posteriormente, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina oferta o curso de formação para Mediadores Familiares, ministrado por profissionais que já atuam nesta área, no qual é concedido certificado, habilitando o profissional para a atuação. As vagas para o curso de formação são limitadas, sendo elas disponibilizadas para instituições na quais já existam atividades correlatas à mediação familiar, como Universidades, Escritórios Modelo de Assistência Jurídica, Fóruns, etc. É válido salientar que até o presente momento o ofício de Mediador Familiar é classificado como voluntariado, ou seja, não existe nenhuma espécie de remuneração. (Resolução n. 11/2001-TJ/SC.)

Existe uma determinada capacitação de cunho interdisciplinar para a formação do mediador familiar, capacitação esta que é oferecida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O Serviço de Mediação Familiar também é prestado em várias comarcas de estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Assim como em outros países como Argentina, Canadá, Estados Unidos, Escócia Grã Bretanha, Espanha, Portugal, Itália e França.

A mediação familiar poderá ser executada tanto em situações familiares que já foram precedidas por ação judicial, ou seja, existe um processo judicial familiar e neste processo é entendida, pelo profissional que está acompanhando o caso, por oportuno a adesão ao método da mediação familiar. Também pode ocorrer em situações onde não existe processualidade até o presente momento.

Posteriormente ao acordo feito, um profissional de competência técnica jurídica (o advogado estará à disposição dos mediados durante todo o percurso da sessão, em regime de plantão) irá fazer as devidas análises e ponderações quanto à decisão realizada pelas partes e requerirá ao magistrado a homologação deste acordo. Este acordo será equivalente a qualquer decisão judicial.

É válido ressaltar que a fim de que a mediação familiar aconteça é imprescindível que exista a mínima disposição das partes em solucionarem e acordarem acerca do motim, ou seja, é necessário que as partes objetivem acordar e convergir, sejam flexíveis dentro das possibilidades, e estejam dispostos em cooperar neste procedimento.

1.2 PANORAMA BRASILEIRO DE FAMÍLIAS EM PROCESSO DE RUPTURA E A INSTÂNCIA JUDICIÁRIA

Na conjuntura brasileira, segundo os dados do IBGE, no censo de 2010, obteve-se o primeiro decréscimo de 2,3% no percentual de separações judiciais e divórcios, desde o ano de 2002. Contudo, anteriormente pode-se constatar através dos dados censitários do ano de 2007, que entre os anos de 1995 e 2006 o percentual das separações judiciais e divórcios obteve generoso acréscimo, deflagrado através dos 86,3%. Pensar na ampliação das demandas na máquina judiciária em razão deste fator é providencial, ao passo que de igual forma revela-se necessário delinear a necessidade das famílias que se encontram em processo de ruptura de receberem acompanhamento profissional.²

Os conflitos familiares, antes de serem conflitos de direito, são essencialmente afetivos, psicológicos, relacionais, antecédidos de sofrimento. Logo, para uma solução eficaz, é importante a observação dos aspectos emocionais e afetivos. (Sales; Vasconcelos 2005, p.5).

A instância judiciária possui a incumbência de fazer valer as normas jurídicas nas situações que demandem sua atuação. É dotado de capacidade para incidir e decidir a respeito dos litígios familiares satisfatoriamente, desde que proporcione às partes a possibilidade de dialogarem.

Todavia identifica-se, atualmente, a falta de celeridade na movimentação dos processos, e isto, em razão da quantidade de pastas alocadas nos gabinetes e a burocracia demasiada. No que tange aos processos nas Varas de Família, deflagra-se a necessidade da resolução do conflito de maneira mais rápida possível a fim de que seja menos desgastante, uma vez que existe, muitas vezes, grande envolvimento emocional das partes nestas situações.

Atendendo aos dois interesses – necessidade de acompanhamento profissional às famílias em processo de ruptura e a necessidade do desafogamento dos processos nos gabinetes – o Judiciário dá início a ações que alcançariam com mais presteza e rapidez a resolução dos embates judiciais. Estas ações implicaram no incentivo e fornecimento de subsídios para a formação e preparo de profissionais para atuarem na mediação familiar dentro das Comarcas. Este movimento no Brasil, segundo Ávila (2009), iniciou-se em

² Relativo à dinâmica familiar contemporânea e suas configurações, aprofundaremos na seção seguinte.

2000. Em especial, no recorte catarinense, o Sistema de Mediação Familiar tornou-se efetivo a partir da publicação oficial da *Resolução nº 11/2001*. Contudo, nota-se ainda que a mediação familiar inexiste no ordenamento jurídico brasileiro, constando apenas resoluções.

Atualmente, tramitam no Congresso Brasileiro alguns Projetos de Lei³ referentes à institucionalização da Mediação Familiar. Dentre eles, podemos citar o Projeto de Lei n. 4.827/1998; Projeto de Lei n. 1.345/2003; Projeto de Lei n. 599/2003; Projeto de Lei 4.891/2005; Projeto de Lei n. 505/2007; Projeto de Lei n.507/2007; Projeto de Lei 2285/2007 e o Projeto de Lei n. 428/11. Em seu texto, estas propostas prevêm e preconizam uma maior celeridade na resolução dos conflitos familiares, e automaticamente, maior promoção da justiça e descongestionamento dos processos nos gabinetes. Ávila (2009), concernente à pertinência do papel da mediação sinaliza:

A mediação é vista como instrumento essencial à aplicação da justiça, marcada por tribunais congestionados. As partes em litígio estão cada vez mais frustradas com a morosidade para a resolução de suas controvérsias, e a mediação constitui uma resposta a essa situação.

Entretanto, existe a necessidade de atenção relativa à intenção e objetivos destinados à mediação familiar. Analisa-se tal preocupação a partir da sutil tendência em valorar a mediação pela sua capacidade de diminuir o engarrafamento de processos nos tribunais, em detrimento da garantia do acesso ao direito pelos cidadãos. Watanabe⁴ (2001) pontua neste sentido:

Não é porque o Poder Judiciário está sobrecarregado de serviço que tentaremos descobrir formas de aliviar a carga. Tenho um grande receio de que a mediação venha a ser utilizada com esse enfoque e não com o maior, que seria dar tratamento adequado aos conflitos que ocorrem na sociedade; não se pode pensar nela como uma forma de aliviar a sobrecarga que o judiciário está sendo submetido hoje.

³ www.camara.gov.br

⁴ Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1959) , especialização em Teoria Geral do Processo pela Universidade de São Paulo (1969) , especialização em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo (1970) , mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo (1978) e doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (1985) . Atualmente é Professor Doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Direito , com ênfase em Direito Público. Atuando principalmente nos seguintes temas: Cognição (Processo Civil)

No tocante aos profissionais que atuam na qualidade de mediadores, Costa (2009) ressalta que estes possam, de preferência, graduação em Serviço Social, Direito, Psicologia ou Pedagogia e que sejam ou servidores do Judiciário; ou profissionais voluntários das áreas do conhecimento citadas acima; ou servidores públicos à disposição do Poder Judiciário, com formação em Serviço Social, Psicologia ou Direito; Acadêmicos dos cursos citados; ou advogados em sistema de plantão.

1.3 DIFERENCIAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Ainda, revela-se oportuno fazer uma breve diferenciação entre a *mediação* e a *conciliação* – que também é um serviço ofertado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina -, uma vez que comumente têm seus conceitos embaralhados e por se tratarem, na realidade, de atuações de perfil distinto. O termo Mediação tem por procedência a palavra de origem latina "*mediatio*" - "*meditationis*", cuja expressão exprime, "*intervenção com que se busca produzir um acordo*". Ao consultar o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, existe significação do "*ato de servir de intermediário entre pessoas, grupos, partidos, facções, países, etc, a fim de dirimir divergências ou disputas*". Já o termo Conciliação é oriundo do latim "*conciliare*", cuja definição constitui a ação de conciliar, adequação, acordo entre indivíduos.

Percebe-se que propositividade da mediação está relacionada na problematização da questão, facilitando o entendimento das diferenças, recompondo ou estabelecendo a comunicação, priorizando a relação salutar das partes. Em suma, atem-se às subjetividades dos mediados para o alcance de resultados positivos, a partir dos objetivos propostos.

O caráter da conciliação se expressa através do alcance no acordo, todavia a necessidade de consensualidade fica em segundo plano. Outra diferença entre os dois métodos diz respeito ao posicionamento e atuação da terceira pessoa, ou seja, o mediador ou conciliador. Na mediação, o profissional não irá fazer sugestões e explicitar uma solução a ser encontrada pelas partes. Diferentemente na conciliação, o conciliador é dotado de autonomia em opinar na controvérsia. No que concerne à conciliação, Andrade (2009) esclarece:

O conciliador, por sua vez, intervém com sugestões e alerta sobre as possibilidades de perdas recíprocas das partes, que, por sua vez,

admitem perder menos num acordo que num suposto sentenciamento desfavorável, tudo fundamentado na relação ganhador-perdedor.

O que deve ser colocado é que a questão primordial na conciliação é a celebração de um acordo. Há que se observar, no entanto, que a celebração de um acordo pode significar o encerramento de um processo judicial, mas não necessariamente do conflito que a ele subjaz. Muitas vezes, por permanecer intacto o conflito e toda a gama de emoções que o acompanham, uma nova demanda surge mais adiante e outro processo se inicia.

Então, é válido ressaltar a peculiaridade e, de certa forma, alguma vantagem na mediação familiar, uma vez que ela irá trabalhar sob a ótica de subjetividade, indo a fundo na situação problema original. Visa “(...) *favorecer uma atitude de cooperação, inibindo a confrontação frequentemente utilizada pelo sistema tradicional*”⁵, conforme explana Ávila (2003, p. 33).

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NO ESTADO CATARINENSE

A ascensão numeral de processos na área de família iniciados nas Comarcas de Santa Catarina, somada à pequena expressão de resolutividade desses processos, no que se refere à solução do problema intra-familiar, evidenciaram a necessidade de um método que tivesse pretensões mais eficazes.

A partir deste recorte, apreciado pela assistente social atuante no judiciário, do Fórum - comarca da Palhoça - Eliedite Mattos Ávila, entendeu-se a necessidade de maturação do método, conhecimento e maior aprofundamento concernente ao assunto *mediação familiar*. Portanto, findados os anos 1990, a assistente social Eliedite viajou para o Canadá, objetivando a realização de mestrado em Mediação Familiar, estudo este custeado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Contudo, é importante assinalar que apesar de não ser ainda um sistema instaurado e legalmente empreendido no Judiciário de Santa Catarina, metodologias que compunham a sessão de Mediação Familiar já eram aplicadas por alguns assistentes sociais, tais como a compilação de acordos entre os indivíduos que buscavam o setor de Serviço Social, apresentando interesse na solução das divergências familiares por uma

⁵ Cartilha “mediação Familiar”, 2004, elaborada e organizada por Eliedite Mattos Ávila, utilizada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, p 33.

via não processual - definição de guarda, alimentos, visitas, dissolução de união estável, divórcio.

Então, após a elaboração dos estudos de Ávila e seu retorno ao Brasil, o *Sistema de Mediação Familiar* foi implementado na Comarca da Capital por meio da resolução nº 11/2001, publicada em 20 de setembro de 2001. Este documento indicou aos magistrados das Varas de Família que aderissem ao sistema, em situações nas quais entendessem viável a resolução do conflito por intermédio de acordo.

Ficou estabelecido como objetivo para o Sistema de Mediação Familiar: solucionar conflitos familiares relacionados à separação, ao divórcio, à guarda dos filhos, à regulamentação de visitas, dentre outras situações, de forma não adversarial, mais acessível, ágil e menos traumática. (ÁVILA, 2004, apud COSTA, 2009, p.2).

A implementação do sistema envolveu, anteriormente, o curso de formação e capacitação dos profissionais do Serviço Social e Psicologia do Judiciário Catarinense. Este curso compreendia em 30 horas de exposição de conteúdo (presencial) para o repasse do conteúdo. A participação no curso é facultativa aos profissionais. Relativo aos itens que compunham o conteúdo do curso, segundo a informação da assistente social Maris Tonon – da comarca da Capital/ Norte da Ilha e participante do primeiro curso de formação – eles correspondiam à Cartilha⁶ de *Mediação Familiar* utilizada até hoje. Contudo enfatiza que as adaptações necessárias advindas da própria experiência vivenciada no sistema de mediação foram efetuadas, vislumbrando a melhor adequação do serviço às demandas.

Com o desenvolvimento do sistema de mediação na comarca da Capital e os derivados positivos deste projeto, a partir de 2002, o citado sistema começou a ser implantado em comarcas de outros municípios, com a aprovação dos magistrados da vara competente. Atualmente, estas são as comarcas nas quais o Sistema de Mediação Familiar já foi implantado⁷.

Abelardo Luz (01/03/2002); Anchieta (01/03/2005); Ascurra (08/03/2006); Balneário Camboriú (10/3/2003); Balneário Piçarras (06/11/2009); Barra Velha

⁶ Cartilha “mediação Familiar”, 2004, elaborada e organizada por Eliedite Mattos Ávila, utilizada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, p 33.

⁷ <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao.htm>

(23/03/2011); Blumenau (04/10/2010); Brusque (26/10/2007); Campo Belo do Sul (01/10/2007); Campo Erê (08/02/2007); Campos Novos (26/10/2010); Canoinhas (11/3/2008); Capital Fórum Des. Eduardo Luz (21/9/2001); Capital Fórum do Norte da Ilha (abril de 2003); Catanduvas (01/3/2004); Coronel Freitas (08/09/08); Chapecó (3/11/2004); Concórdia (01/07/2011); Correia Pinto (25/5/2004); Cunha Porã (14/02/2008); Descanso (21/08/2007); Dionísio Cerqueira (15/5/2004); Forquilha (01/10/2010); Garopaba (01/04/2009); Garuva (04/06/2009); Itajaí (Março/2003); Itapema(07/05/2010); Itapiranga (22/09/2011); Ituporanga (01/04/2004); Joinville (2/9/2002); Lauro Müller (10/08/2010); Lebon Régis (01/02/2010); Mafra (27/08/2009); Modelo (10/04/2008); Mondaí (06/7/2006); Orleans (23/10/2007); Pinhalzinho (20/07/2010); Ponte Serrada (14/02/2011); Presidente Getúlio (01/02/2010); Rio do Oeste (01/06/2011); Santa Cecília (01/08/2010); São Domingos (01/02/2008); São José (30/8/2004); São Lourenço do Oeste (28/2/2007); São Miguel do Oeste (16/03/2007); Seara(18/11/2011); Trombudo Central (09/06/2005); Tubarão(não disponível); Turvo (16/05/2011); Xanxerê (22/06/2009) e Xaxim (03/112010).

Existem comarcas que ainda estão em processo de implantação. São estas:

Laguna; Palhoça; Quilombo; Santa Rosa; São José do Cedro; Tangará; Braço do Norte; Joaçaba; Lages; Maravilha; Porto Belo; Rio do Sul e São João Batista.

1.5 PARONAMA DA RESOLUTIVIDADE, ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR EM SITUAÇÕES DE DIVERGÊNCIAS FAMILIARES

Através das tabelas disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, será exposto o panorama da resolutividade dos casos de mediação familiar nas várias comarcas do estado catarinense.

Quadro 1- Panorama da resolutividade dos casos de mediação familiar nas Comarcas do Estado Catarinense referente ao ano de 2011

Fonte: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao>

VI - Consultoria Contínua *

Atos e procedimentos para consecução dos seguintes resultados:

COMARCA	INSTALAÇÃO	CASOS	ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1. Abelardo Luz	01/03/2002	802	733	91,39%
2. Anchieta	01/03/2005	49	27	55,10%
3. Ascurra	08/03/2006	127	109	85,82%
4. Barra Velha	23/03/2011	4	1	25,00%
5. Blumenau	04/10/2010	8	1	12,50%
6. Brusque	26/10/2007	14	4	28,57%
7. Campo Erê	08/02/2007	59	31	52,54%
8. Campos Novos	26/10/2010	87	52	59,77%
9. Capital – Fórum Central	21/09/2001	285	115	40,35%
10. Chapecó	03/11/2004	162	123	75,92%
11. Concórdia	01/07/2011	8	2	25,00%
12. Cunha Porã	14/02/2008	29	11	37,93%
13. Descanso	21/08/2007	20	12	60,00%
14. Dionísio Cerqueira	15/05/2004	111	83	74,77%
15. Garopaba	01/04/2009	48	26	54,16%
16. Garuva	04/06/2009	79	34	43,03%

17. Itapema	07/05/2010	86	40	46,51%
18. Itapiranga	22/09/2011	3	1	33,33%
19. Ituporanga	01/04/2004	71	40	56,33%
20. Joinville	02/09/2002	284	144	50,70%
21. Lauro Müller	10/08/2010	16	15	93,75%
22. Lebon Régis	01/02/2010	48	37	77,08%
23. Mafra	27/08/2009	56	33	58,92%
24. Modelo	10/04/2008	84	42	50,00%
25. Orleans	23/10/2007	25	15	60,00%
26. Pinhalzinho	20/07/2010	80	34	42,50%
27. Ponte Serrada	14/02/2011	20	19	95,00%
28. Presidente Getúlio	01/02/2010	24	24	100,0%
29. Santa Cecília	01/08/2010	111	109	98,19%
30. São Domingos	01/02/2008	23	11	47,82%
31. São Lourenço do Oeste	28/02/2007	219	99	45,20%
32. Xanxerê	22/06/2009	204	92	45,09%
TOTAL		3.246	2.119	65,28%

A comarca de Abelardo Luz – que teve a primeira implantação do Sistema de Mediação Familiar no estado, depois da Capital – obteve o maior número de casos de mediação, totalizando 802 atendimentos, dentre estes, chegou-se a 733 acordos, gerando um percentual de 91,39% de acordos.

Já na Comarca de Itapiranga teve-se o menor número de procura, totalizando 3 atendimentos e o número de acordos corresponde a 1. O percentual de acordo é de 33,33%. Sinaliza-se que esta Comarca foi a última a ter o Sistema de Mediação Familiar implantado.

E a comarca de Presidente Getúlio obteve o maior percentual de acordos no ano de 2011, expresso através de 100% de acordos através da mediação. Já a comarca de Blumenau ficou em último lugar, resultando em 12,5% de acordos.⁸

Quadro 2 - Panorama da resolutividade através da mediação familiar nas Comarcas do Estado Catarinense referente ao ano de 2010

VI – Consultoria Contínua(*)				
Atos e procedimentos para consecução dos resultados infracitados				
COMARCA	INSTALAÇÃO	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1 Abelardo Luz	01/03/2002	628	366	58,28
2 Balneário Piçarras	06/11/2009	66	2	3,03
3 Blumenau	04/10/2010	3	2	66,67
4 Campo Erê	08/02/2007	143	86	60,14
5 Campos Novos	26/10/2010	3	2	66,67
6 Capital – Fórum Central	21/09/2001	336	142	42,26
7 Chapecó	03/11/2004	374	195	52,14
8 Coronel Freitas	08/09/2008	9	3	33,33

⁸ <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao.htm>

9	Cunha Porã	14/02/2008	51	25	49,02
10	Descanso	21/08/2007	13	10	76,92
11	Dionísio Cerqueira	15/05/2004	117	92	78,63
12	Forquilha	01/10/2010	48	16	33,33
13	Garopaba	01/04/2009	40	33	82,50
14	Garuva	04/06/2009	46	33	71,74
15	Itapema	07/05/2010	51	40	78,43
16	Joinville	02/09/2002	180	51	28,33
17	Lebon Régis	01/02/2010	31	30	96,77
18	Maíra	27/08/2009	142	40	28,17
19	Modelo	10/04/2008	45	26	57,78
20	Orleans	23/10/2007	6	3	50,00
21	Pinhalzinho	20/07/2010	59	36	61,02
22	Presidente Getúlio	01/02/2010	30	6	20,00
23	São José	30/08/2004	25	16	64,00
24	São Lourenço do Oeste	28/02/2007	114	50	43,86
25	Xanxerê	22/06/2009	633	372	58,77
26	Xaxim	03/11/2010	32	21	65,63
TOTAL			3.225	1.698	52,65

Fonte: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao.htm>

A comarca de Xanxerê obteve o maior número de acordos realizados através da mediação familiar no ano de 2010, totalizando 633 atendimentos, dentre estes, chegou-se a 372 acordos, gerando um percentual de 58,77% .

Já na Comarca de Blumenau e Campos Novos observa-se igualmente o menor número de procura, totalizando 3 atendimentos e o número de acordos corresponde a 2. O percentual de acordo é de 66,67%. Lebon Régis teve o maior percentual de acordos, resultando em 96,77% dos casos. E, por sua vez, a Comarca de Piçarras apresentou o índice menor, expressos através de 3,3% de acordos.⁹

⁹ <http://www.tjsc.jus.br/institucional/mediacaofamiliar/mediacao.htm>

2. A FAMÍLIA ENTRE AS LEIS OBJETIVAS E AS REGRAS QUE NORTEIAM AS RELAÇÕES DE AFETO: A NECESSÁRIA MEDIAÇÃO FAMILIAR

A família, base da sociedade, possui especial proteção do Estado (art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil /88)

Existe um determinado conceito de *família*, cuja expressão manifesta o *conjunto de pessoas unidas pelo laço de afeto, com o intuito de compartilhar suas vidas*.

Segundo Diniz (2008), família é o grupo unido e fechado de pessoas, tendo pais e filhos como também outros parentes, ligados pela coexistência e amor, com objetivos parecidos.

Rodrigues (2004) afirma que família é a instituição que surge e se desenvolve da coexistência entre o homem e a mulher, cabendo ao Estado protegê-la.

Amaral (2001) entende que a família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo familiar.

Relativo à esfera familiar, constata-se uma série de transformações ocorridas em seu seio, juntamente à forma como essa metamorfose é assimilada pela sociedade. Atualmente, as configurações familiares extrapolam ao molde patriarcal, modelo este solidificado no percurso da história humana, expresso através dos casamentos somados à sequencial reprodução da prole, imbuídos de intenso traço hierárquico.

Inúmeras alterações societárias, como na ordem da economia, da cultura, da política e afins, oportunizaram um solo fértil para as mudanças estruturais na família. Ainda que existam resquícios do modelo patriarcal (dentro das comunidades religiosas este modelo é um pouco mais preponderante) conclui-se que, de um modo geral, ele foi consideravelmente abrandado. Este movimento é ressaltado por Pinto (1997, p. 35):

O sistema inter-relacional no mundo alterou-se sensivelmente nas últimas décadas e o “padrão tradicional” do sistema familiar também necessitou alterações que, contudo, não acompanharam com a mesma intensidade o que ocorria.

Mesmo que ainda com passos a serem galgados, a instituição familiar atual é sensivelmente mais democrática. Além das novas configurações e arranjos familiares, percebem-se relacionamentos construídos no afeto, na equidade, bem como na solicitude e liberdade.

Conforme sinaliza Leite (2005) o Código Civil de 2002¹⁰ implementou modificações fundamentais no que tange ao Direito de Família apresentado na Constituição de 1988, mudanças que implicam no entendimento e concepção da família. Sinalizam-se aqui tais alterações: **1)** A qualificação da família como legítima é substituída pelo reconhecimento de outras formas de conjugalidade; **2)** A diferença assimétrica de gênero entre o homem e a mulher, que outrora era assegurada pelo antigo Código Civil de 1916, passa a ser suprida pela igualdade absoluta entre ambos; **3)** A classificação de “filhos legítimos” e “não legítimos” ganha nova dimensão equivalente, uma vez que anteriormente existia uma diferenciação, na qual os filhos “não legítimos” não eram reconhecidos legalmente por seus genitores; **4)** A indissolubilidade do vínculo matrimonial ganha cota, sendo reconhecida como entidade peculiar do Código Civil; **5)** Os casais que apenas “viviam juntos” e não haviam realizado casamento civil não possuíam respaldo jurídico, passam a ter o reconhecimento das uniões estáveis. Também existe a necessidade de pautar por *último, porém não menos importante*, o reconhecimento da união estável homoafetiva, ganho que foi reconhecido como grande marco na democracia brasileira.

Diante de tais alterações realizadas na Legislação, permite-se o entendimento de que os direitos relacionados ao âmbito familiar têm sido expandidos. O prestígio destes direitos em voga oportuniza aos cidadãos determinada segurança legal. Contudo, é concomitante o crescimento da litigiosidade em face da ascensão dos direitos familiares, uma vez que, apesar de assegurados na Constituição, as relações afetivas são experiências vividas pela pessoa humana, esta que é permeada pela emoção, ódio, amor, envolta de subjetividade. Os vínculos afetivos são construções sociais e, não obstante o respaldo legal, possui dinâmica peculiar. Dias e Groeninga (2011, p.2) refletem:

Essa ao certo é a razão de, no âmbito jurídico, serem estabelecidos deveres e assegurados direitos aos cônjuges, que talvez sejam estranhos e até contrários à realidade da relação afetiva vivenciada. Não é outorgada ao par a liberdade de estipular os encargos que queiram assumir nem prever direitos sobre que entendam poder dispor. Se houvesse a possibilidade de flexibilizações na previsão de direitos e na imposição de deveres, mas de acordo com a realidade dos nubentes, provavelmente profundas seriam as diferenças entre o que seria convencionado entre as partes e as regras que lhes são impostas.

O descompasso entre as leis objetivas que regem o casamento e as regras que norteiam as relações de afeto decorre da tentativa do

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm

Direito de englobar em um único e uniforme sistema legal mais do que suas ferramentas de conhecimento permitem. Faltam instrumentos para a tradução dos desejos e dos sentimentos. A definição dos lugares e a atribuição das funções que são estabelecidas em uma família fazem parte da esfera de privacidade do vínculo. São os pactos que dão sentido ao relacionamento, inexistindo qualquer possibilidade de interferência externa que as possam delinear de antemão.

Pode-se afirmar, então, que os conflitos acontecem independentemente do aparato e segurança jurídica que existe, ao passo que o conflito é um acontecimento inerente à relação humana, uma vez que cada indivíduo possui suas particularidades, estas, por vezes, chocam-se com a particularidade alheia. Neste sentido Braganholo (2005, p. 71) faz devida ponderação:

O Estado, sobrecarregado, mostra-se incapacitado de solucionar situações tão complexas quanto a relação entre o vínculo jurídico e emocional das pessoas envolvidas em processos de separação judicial e divórcio. Sentimentos de amor, ódio e dor inerentes aos conflitos jurídicos acabam determinando consequências permanentes na vida dos envolvidos. As partes envolvidas acabam discutindo questões afetivas no espaço até agora destinado unicamente à discussão de aspectos jurídicos e patrimoniais.

Por existir o aparato jurídico, as reivindicações podem ser mais recorrentes e provavelmente aproximar-se-ão do litígio, uma vez que em situação de conflito de interesses, as partes acionarão os órgãos de proteção competente: o Poder Judiciário. Em face do que foi apresentado anteriormente por Braganholo, a ineficiência deste Poder no quesito competência teórica de alcance e resolutividade dos conflitos, vê-se o surgimento de métodos alternativos de resolução de conflitos, os métodos *não adversariais*¹¹, cujo recorte será a **mediação**, e mais especificamente a **mediação familiar**.

O serviço de mediação familiar é caracterizado como importante adjutor da instância judiciária, sobretudo na área do direito familiar. Objetiva, através de sua atuação, a resolução das divergências de maneira mais isenta possível de indisposições, a fim de que assim os indivíduos solucionem as dificuldades oriundas da separação com menor ônus emocional, financeiro e social.

A mediação familiar é uma tentativa de solucionar as divergências familiares através do trabalho de um profissional isento de influência na vida das partes envolvidas no processo. O mediador operará facilitando o diálogo, contudo não manifestará posicionamento em relação à decisão final das partes, e tampouco apresentará sua opinião a respeito. O encargo deste profissional é o alcance de um ponto convergente na questão em pauta, colocando as partes, não como adversárias, percebendo os intentos que ambas têm em consonância. Visa-se, com a mediação, um acordo final que atenda satisfatoriamente os interesses dos indivíduos envolvidos no processo. O grande diferencial, e este motivo é a expressão do principal intento da mediação familiar, é que este método possui grande probabilidade de poupar um extenso e cansativo processo judicial.

Conforme afirma Dias e Groeninga (2001, p. 6), “a Mediação Familiar é uma inovação sobre o “como”. “Como” evitar a escalada do conflito, “como” restabelecer uma comunicação interrompida, “como” apoiar a procura de uma reestruturação. E “como” os operadores do Direito podem se preparar para atuar nos conflitos de família com mais dignidade e respeito pelo sofrimento e pela angústia humana.”

2.1 PRINCIPAIS DEMANDAS

As situações recorrentes que chegam à instância Judiciária, mais especificamente às Varas de Família, segundo Medeiros (2004, p. 36) são:

Quadro 3 - Principais Demandas

• Guarda e modificação de Guarda
• Regulamentação do direito de visitas
• Oferta de alimentos
• Alimentos provisionais
• Separação consensual ou litigiosa
• Divórcio
• Reconhecimento e dissolução de união estável

¹¹ Métodos não adversariais de solução de conflitos são aqueles cujas partes não atuam como adversárias, mas como co-responsáveis na busca de uma solução. A facilitação, a mediação e a conciliação são três procedimentos não adversariais de solução de conflitos.

- Outros

Em todas as sete demandas citadas acima, existe em comum, além do laço familiar, a situação de conflito vivenciada pelas partes.

Como já destacado anteriormente, o conflito permeia inevitavelmente a relação dos homens. Todavia, se faz necessário a compreensão a respeito da significação deste conflito. Atrela-se majoritariamente a este último, um sentido pejorativo e negativo, vinculado necessariamente à briga, ao desentendimento. São compreendidos como perniciosos à relação. Entretanto, ressalta Ávila (2004, p.37) que:

O conceito chinês para a palavra conflito é composto por dois sinais superpostos: um quer dizer perigo e o outro, oportunidade. O perigo é permanecer num impasse que retira as energias individuais; a oportunidade é considerar as opções e abrir-se a novas possibilidades que vão permitir novas relações entre os indivíduos e inventar meios de solucionar os problemas cotidianos.

Todavia, conceber o conflito sob uma perspectiva positiva ou salutar não é comumente identificado pelas partes nas situações de desentendimentos familiares. Desta forma, ressalta-se novamente a importância da figura do mediador neste processo de reconhecimento e identificação. Em primeira instância, no percurso da mediação familiar, se faz necessário o reconhecimento do real conflito, para que a partir dele, seja reconhecida a causa deste conflito, e por fim, que haja uma intervenção pertinente e propositiva.

A seguir, um quadro elaborado por Wehr (1979), apresentado posteriormente por Lévesque (1998), concernente à identificação dos desígnios do conflito em si, as suas origens e as formas de intervenção.

Quadro 4 – Objetivos do Conflito

Objetivos do conflito	Causas	Intervenção
Conflitos de dados	Falta de informação; Informação errônea; Interpretações diferentes.	Realizar acordo sobre a importância dos dados; Uniformizar a coleta dos dados;

		<p>Dar ênfase aos pontos em comum;</p> <p>Chamar uma terceira pessoa.</p>
Conflito de valores	<p>Visões diferentes de uma determinada situação;</p> <p>Estilos de vida diferentes;</p> <p>Diferenças ideológicas ou religiosas.</p>	<p>Evitar definir as situações em termos de valores;</p> <p>Identificar os objetivos mutuamente aceitáveis.</p>
Conflitos de interesses	<p>Incompatibilidade de interesses;</p> <p>Divergência sobre os procedimentos para alcançar o acordo</p>	<p>Evitar tomadas de posições rígidas;</p> <p>Dar ênfase aos pontos que reaproximem os indivíduos.</p>
Conflito nas relações interpessoais	<p>Emoções exageradas;</p> <p>Comunicação deficiente;</p> <p>Percepções errôneas.</p>	<p>Controlar as expressões de sentimentos provocadas pelo litígio;</p> <p>Mudar as percepções;</p> <p>Melhorar a comunicação;</p> <p>Encorajar atitudes positivas</p>
Conflitos estruturais	<p>Controle desigual e inadequado dos recursos disponíveis;</p> <p>Desequilíbrio dos poderes;</p> <p>Afastamento geográfico.</p>	<p>Definir claramente os papéis;</p> <p>Substituir os modos destrutivos de comportamento;</p> <p>Equilibrar o poder;</p> <p>Amenizar as pressões externas.</p>

Fonte: Cartilha “mediação Familiar” (2004, p. 34), elaborada e organizada por Eliedite Mattos Ávila, utilizada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Em situações de conflito na conjugalidade em que não há filhos, os desentendimentos entre o casal dizem respeito a questões relativas ao patrimônio e sua divisão, assim como a não correspondência das expectativas na construção do casamento. De acordo com Sales e Vasconcelos (2005, p.9):

Até mesmo quando o motivo da separação é o desamor, ambos os membros de um casal sofre. Geralmente, as pessoas que formam um par não deixam de se amar ao mesmo tempo. Quem deixa de amar, também sente os dissabores de uma ruptura ao ver seu companheiro sofrer. Existe um longo caminho entre a construção e a desconstrução de uma família.

O seu ciclo inicia-se com a união do casal, após decidirem que querem viver juntos, comprometidos no amor, na confiança e no respeito. Na desconstrução, há uma quebra das relações vinculares, onde ficam evidenciadas decepções e frustrações pelo rompimento de compromissos assumidos anteriormente, tais como de amor, de companheirismo, de segurança etc. Não se pode determinar o momento preciso de uma separação; é um processo que se desenvolve ao longo do ciclo de um casal.

Em casos de existência de prole, as discussões se energizam, uma vez que, além da divisão e separação dos bens do casal, há a necessidade da definição da guarda dos infantes/adolescentes, regulamentação de visitas, definição do valor dos alimentos, entre outras deliberações. Segundo o que explana Levy (2008, p. 73) “sendo assim, a interação do mediador é a busca de um melhor planejamento, auxiliando na comunicação entre os pais sobre a educação e o futuro dos filhos”.

A separação implica e requer a deliberação sobre vários departamentos da vida familiar, tomadas de decisão, estas que comumente estão imbuídas do sentimento de fracasso (por pelo menos uma das partes), permeadas possivelmente pela desesperança, raiva, amargura, sentimento de traição, solidão, sem mencionar os problemas de ordem financeira oriundos da inevitável divisão da renda e patrimônio familiar. No tocante ao desafio do mediador familiar, Ávila (2004, p. 27) faz a devida ponderação:

Estabelecer sua credibilidade como uma terceira pessoa imparcial e explicar o processo e as etapas da mediação; acompanhar os pais na busca de um entendimento satisfatório a ambos, visando aos interesses comuns e de seus filhos; favorecer uma atitude de cooperação, inibindo a confrontação frequentemente utilizada pelo sistema tradicional; encorajar a manutenção de contato entre pais e filhos; equilibrar o poder entre os cônjuges favorecendo a troca de informações; facilitar as negociações.

Na definição das competências dos genitores para com os filhos em uma separação, o trabalho na mediação familiar revela-se mais complexo, já que objetiva-se blindar os interesses da criança. Ganância (2001, p. 8) reflete:

Estes conflitos em torno da criança são, na maior parte do tempo, conflitos não resolvidos pelo casal: a criança torna-se este instrumento privilegiado permitindo aos pais, que não realizem o luto da relação, permanecerem juntos no conflito.

Eles utilizam a criança como remédio para suas feridas narcísicas e, às vezes, como um verdadeiro projétil na guerra a que eles se entregam. Recompôr-se, punir o outro, conduzem a comportamentos de “apropriação” da criança, que se torna objeto, e a desvios, que vão da desqualificação do outro progenitor até sua negação, para resultar, por vezes, em uma verdadeira erradicação.

A premissa do *melhor interesse da criança* não está necessariamente vinculada à ideia de que ela, a infante, necessite ter a qualquer custo a presença concomitante de seus genitores; ou que estes últimos têm a obrigação de manterem um casamento já falido a fim de resguardarem os interesses da prole. Nazareth (2001, p. 54) relativo aos direitos da criança, observa que:

Ela precisa que seus pais se reconheçam mutuamente, mesmo que separados. Ela precisa de adultos que compreendam suas necessidades e não que satisfaçam suas vontades, fazendo tudo o que quer, fazendo tudo em seu nome.

Um ambiente constante de discórdias e animosidades entre os genitores perante seus filhos é demasiadamente maléfico ao desenvolvimento da criança e do adolescente. A necessidade da presença de ambos os pais em seu cotidiano, não supera a necessidade de ter seu crescimento permeado por um clima de segurança; amor e tranquilidade. A mediação familiar tem a possibilidade de proporcionar às partes que estão em processo de separação a readequação da parentalidade de maneira mais pacífica, atribuindo a cada um o papel e suas devidas atribuições, de acordo com as possibilidades. Oportunizando o diálogo entre as partes, facilitando a escuta mútua de suas expectativas e vontades, vislumbra-se a viabilidade do reparo do respeito que outrora foi lastimado. Nesta readequação, a mediação familiar objetiva advertir as partes no tocante à imprescindibilidade da participação mútua de ambos os genitores, evidenciando que os filhos demandam a manutenção dos vínculos com os pais.

Sob esta perspectiva, a mediação familiar permite o aperfeiçoamento (na medida do possível) da relação abortada entre os pais e, por conseguinte, provoca um convívio harmonioso dos filhos os dois genitores. Não obstante a conjugalidade ter sido extinguida, a parentalidade deve ser mantida.

É bastante discutida a questão da participação e inclusão dos infantes na mediação familiar relativa à separação dos genitores. Ávila (2004, p.21) menciona a existência de desentendimento teórico e dos profissionais acerca da participação da criança no decorrer do processo de separação e o fato dela carregar a responsabilidade a respeito da decisão. “[...] a criança tem o direito de ser informada sobre as decisões que a tangem, tem o direito de expressar seu ponto de vista durante a tomada de decisão, mas a responsabilidade da decisão cabe aos pais, e não à criança.” E ainda, esta atribuição de *poder* à criança, exaure por um instante a autoridade dos pais, estes que devem deliberar autonomamente pelos moldes do fim de seu casamento. O fato de a criança ter sua opinião ouvida proporciona-lhe sensação de respeito e acolhimento. De acordo com um quadro demonstrado por Ávila (2004 p. 22), existem diferentes formas de apreensão do momento de separação pelas crianças:

Reações, conforme a idade, dos filhos de pais separados:

Crianças entre 0 a 4 anos:

- Sentimento de confusão, ansiedade, culpa e medo;
- Agressividade mais acentuada;
- Sinais de regressão;
- Fantasia de reconciliação dos pais.

Crianças entre 5 e 7 anos:

- Sentimento de tristeza, angústia, abandono, rejeição e medo;
- Sentimento de culpa pela separação
- Raiva, principalmente em relação a quem tomou a iniciativa da separação;
- Fantasias de reconciliação dos pais;
- Saudade do pai ou da mãe com quem não tem mais convívio diário;
- Possíveis mudanças no comportamento social;
- Aumento ou diminuição da capacidade de concentração, acarretando dificuldades em realizar certos trabalhos escolares.

Crianças entre 8 e 12 anos:

- Profundo sentimento de perda, rejeição, solidão e vergonha;

- Surgimento de fobias;
- Insegurança e perda de confiança;
- Sentimento de cólera intensa pelos pais: um é visto como bom e o outro como traidor;
- Negação de seus sentimentos. Imagem falsa de segurança e tranquilidade;
- Sentimento de lealdade;
- Aumento dos sintomas psicossomáticos (dor de cabeça, dor de barriga, etc.)

Adolescência – entre 13 e 17 anos

- Sentimento de responsabilidade em relação à casa, irmãos, etc.;
- Sentimento de cólera;
- Insegurança diante da dificuldade financeira dos pais;
- Sentimento de confusão diante do comportamento imaturo dos pais;
- Revolta com o comportamento sexual dos pais;
- Dificuldade de aceitar a autoridade e o controle dos novos parceiros dos pais;
- Angústia com as relações amorosas duradouras dos pais.

Com devida ciência a respeito das particularidades do infante/adolescente envolvido na separação dos mediados, ao mediador familiar é viabilizado melhor apreensão do sistema familiar na qual está desenvolvendo seu trabalho, possibilitando atuação profissional mais pertinente e eficaz.

A fim de que exista o envolvimento da criança no transcorrer da mediação familiar, é importante o preparo profissional do mediador familiar, que deve avaliar a pertinência da participação do infante/adolescente, e se ela será favorável para a resolução do conflito.

O mediador familiar tem a incumbência também (nos casos do infante ser ouvido) de assessorar o filho do casal no entendimento da situação deflagrada.

Ainda que não exista participação direta da criança no processo de mediação familiar, ela necessita estar a par do momento vivenciado pelos seus genitores, tendo ciência dos ensejos do fim do casamento destes últimos, logicamente tendo respeitadas as devidas proporções de faixa etária.

É oportuno ressaltar que a mediação familiar pode ser oportuna em outras situações de conflitos vivenciados na esfera intra-familiar, como já citado no início da

presente seção, e não somente na dissolução do casamento e suas implicações. São passíveis de mediação familiar desavenças entre a família extensa¹², etc.

Em situações de divórcio e separação judicial, nos dias atuais, é imperiosa e indispensável a participação do Judiciário. Os profissionais que atuarão na qualidade de mediadores familiares não possuem atribuição e competência de estabelecer autonomamente o fim do casamento civil ou da união estável, entretanto seu desempenho é demasiadamente providencial na definição das obrigações e responsabilidades oriundas da dissolução do casamento, assim como: separação dos bens da família, guarda, alimentos, visitas.

Estes pontos citados acima compõem grandes disputas entre os pares que optam pela dissolução da união, especialmente no tocante aos alimentos. A mediação familiar visa que os participantes deste embate tenham a possibilidade de pensarem juntos, de maneira tranquila, sobre estas questões.

2.2 A NECESSIDADE DO ADJUNTOR NA INSTÂNCIA JUDICIÁRIA

A participação e intercessão do Estado no seio intra-familiar possui uma consequência no futuro dos componentes deste clã. As experiências diárias vividas pelos indivíduos detentores de direitos são expressões de uma relação entremeada por dois polos: em um polo existe aquele quem deve provocar o Estado em determinados momentos a fim de que tenha seus direitos garantidos e efetivados, como no caso do Poder Judiciário; e o outro polo, o próprio Estado respondendo – não necessariamente correspondendo - de acordo com a legislação, as demandas apresentadas pelos requerentes.

Em virtude deste movimento é que as relações familiares, ainda que vivenciadas em sua extrema intimidade e individualidade, estão atreladas diretamente ao que lhe é externo, o Estado. O Judiciário, quando provocado, replica as situações ligadas ao direito de ordem pessoal ou privado, uma vez que abarca questões de rompimento como a dissolução do casamento, definição de guarda, visitas, alimentos, etc. As mencionadas

¹² Seção II Da Família Natural; Art 25 Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

circunstâncias são recebidas pelo Poder Judiciário nas Comarcas dos Fóruns, particularmente nas das Varas da Família, através dos serviços de acesso à justiça.

Com a ascensão e ampliação dos direitos no Estado brasileiro, a assistência jurídica ao hipossuficiente foi ganhando cena no quadro político. Um dos instrumentos que se deflagraram para tanto foi Lei 1.060/50¹³, na qual são firmadas as diretrizes da assistência judiciária. Esta lei afirma que os poderes públicos federais e estaduais têm a obrigação de oferecer esta assistência.

Atualmente, em especial, no Estado de Santa Catarina, o serviço de acesso à justiça gratuito é oportunizado através da assistência jurídica àqueles que possuem renda inferior a três salários mínimos. Conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1998:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. LXXIV – O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

O artigo terceiro da referida lei diz respeito às isenções concedidas:

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

- I - das taxas judiciárias e dos selos;
- II - dos emolumentos e custas devidos aos Juízes, órgãos do Ministério Público e serventuários da justiça;
- III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando na condição de empregadas, receberão do empregador salário integrais, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios; ou contra o poder público estadual, nos Estados;
- V - dos honorários de advogado e peritos.
- VI – das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade. (Incluído pela Lei nº 10.317, de 2001)
- VII – dos depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório. (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

¹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm

Este serviço pode ser acessado por intermédio de duas portas de entrada: os Escritórios-Modelo do Curso de Direito das Universidades, nas quais, professores advogados atuam juntamente aos alunos, organizados em equipes, nos processos judiciais. Outra possibilidade de acesso ao serviço de justiça gratuito é através da Defensoria Dativa – um serviço prestado pelo Estado de maneira terceirizada por intermédio de um convênio com a OAB -SC (Ordem dos Advogados do Brasil), na qual um advogado, registrado para atuar como o defensor, é sorteado para representar determinado cidadão na sua causa.

De acordo com dados estatísticos compilados em quadro e disponibilizados no endereço eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil-Santa Catarina, referente ao período de 2007 até o presente momento, pode-se vislumbrar o número de atendimentos realizados pela Defensoria Dativa:

Quadro 5: Atendimentos realizados à população através da Defensoria Dativa / SC

	Dados originários das indicações realizadas no Setor de entrevistas		Dados originários das nomeações realizadas no curso dos processos	
Ano 2007	Usuários Atendidos	118.952	Nomeações realizadas	18.688
	Em andamento	72.150	Em andamento	10.907
	Concluídas	12.646	Concluídas	6.752
	Resolvidas/Canceladas	34.156	Canceladas	1.029
Ano 2008	Usuários Atendidos	151.318	Nomeações realizadas	32.128
	Em andamento	88.282	Em andamento	16.660
	Concluídas	11.931	Concluídas	13.510
	Resolvidas/Canceladas	51.105	Canceladas	1.958

Ano 2009	Usuários Atendidos	124.896	Nomeações realizadas	25.549
	Em andamento	80.827	Em andamento	15.884
	Concluídas	2.631	Concluídas	8.123
	Resolvidas/Canceladas	41.438	Canceladas	1.542
Total de Atendimentos		395.166	Total de Nomeações	76.365
Total em Andamento		241.259	Total em Andamento	43.451
Total de Processos Concluídos		27.208	Total Concluído	28.385
Total de Indicações Canceladas		126.699	Total Cancelado	4.529
Total Geral de Usuários Atendidos + Nomeações realizadas				471.531
Total das indicações/nomeações ainda em Andamento				284.710
Total de Processos Judiciais/Extrajudiciais Concluídos				55.593
Total de Indicações/Nomeações Canceladas/resolvidas sem processo				131.228

Fonte: <http://www.oab-sc.org.br>

O Estado de Santa Catarina é o único Estado no qual ainda não foi implantado a Defensoria Pública¹⁴, e que possui ainda vigente a citada Defensoria Dativa. Segundo o entendimento e julgado do Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 14 de março de 2012, esta condição é inconstitucional, uma vez que a Constituição de 1988, em seu artigo 134, preconiza e define que será a Defensoria Pública quem oferecerá assistência jurídica:

¹⁴ A defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, lhe incumbindo, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial, extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados assim, assim como considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV.

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º (NR)”. (BRASIL, 1988).

Ainda que exista a possibilidade de ingresso de uma ação judicial, este fato não implica, necessariamente, que a demanda reclamada pelo cidadão seja prontamente respondida pela instância competente, ou seja, o Judiciário. Desta forma, alegar que a existência de uma Defensoria Dativa/Pública configura a efetivação completa do direito à Justiça é uma pretensão equivocada. Segundo elucida Pizzol (2008, p.57):

O Poder Judiciário é um dos poderes do Estado, como enuncia o art. 2º da Constituição, e se o Estado, República Federativa do Brasil, tem como um de seus primeiros fundamentos construir uma sociedade justa, não pode mais contentar-se com a mera solução processual dos conflitos. Cada sentença há de construir um tijolo nessa construção de sociedade justa. E a justiça, aqui, há de ter aquele valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito que nos promete o Preâmbulo da Constituição.

Pouco adianta garantir constitucionalmente o acesso à Justiça como mera possibilidade de se utilizar o processo. É necessária a efetiva proteção judicial, isto é, do acesso à ordem jurídica justa, pois o acesso efetivo ao sistema processual não significa, necessariamente, acesso à justiça, à ordem jurídica justa, que somente um sistema eficiente pode proporcionar.

Cappelletti (1988, p.8) aponta duas finalidades básicas como delimitadoras do sistema jurídico, considerados básicos para conceituar o acesso à justiça: *a) o sistema deve ser igualmente acessível a todos; e b) deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.*

Relativo à acuidade dessas finalidades, somado às modificações ocorridas na contemporaneidade, as atribuições e encargos da instância Judiciária têm recebido novas conotações. O expressivo acréscimo de requisições ao citado Poder; o ônus emocional e financeiro oriundo dos conflitos no seio da família não solucionados na sua essência; e a falta de contentamento ao que tange a atuação da justiça, remete à reflexão acerca da propositividade e eficiência dos processos judiciais na sua integralidade.

É evidente que existe uma burocracia¹⁵ inerente ao serviço público, que confere à prestação deste serviço determinada sistematicidade para fins de organização. Todavia, existe a conotação pejorativa conferida à *burocracia*, que representa e expressa a ideia do engessamento do serviço público, morosidade, ausência de eficiência e de pouca celeridade. Esta conotação, infelizmente, faz jus ao sistema público atual, é uma realidade. Os cidadãos demandam uma justiça pró-ativa, menos onerosa e que, principalmente, dentro das possibilidades, seja mais atenta às minúcias.

Segundo sinaliza Ganancia (2001, p.8), é deflagrada uma “*explosão do contencioso familiar no judiciário a custos faraônicos*”. Entretanto, é conhecido que os conflitos de natureza estritamente pessoal excedem a circunscrição objetiva da legalidade do direito. Isto reflete na pertinência de ponderação não apenas sobre os atributos jurídicos do conflito intrafamiliar, porém considerando igualmente os aspectos sociais, as construções subjetivas desta família, bem como sua reflexão nos conflitos familiares.

Relativo a isto, os profissionais que aplicam o direito demandam o domínio de distintas áreas do conhecimento, especialmente das demais áreas das ciências humanas. O *Direito pelo Direito* isoladamente mostra-se débil para solucionar conflitos de caráter familiar, uma vez que não possui subsídios suficientes para este feito. Para tanto, o Judiciário tem estimulado, ainda que não totalmente a contento, planos de atuação que ensejem um serviço legal com maior qualidade e produtivo, deflagrado através do incentivo aos métodos consensuais de resolução de conflitos, como a mediação familiar, a arbitragem e a conciliação. Os citados métodos convergem com esta inclinação em esfera global de ampliação da acessibilidade à Justiça.

A mediação familiar proporciona uma escuta atenta e distinta entre os mediados, um ambiente favorável para que a real consternação das partes seja identificada, a fim de ser intentada a recuperação do diálogo outrora exaurido.

¹⁵ Max Weber explana que relativo à *Burocracia* existem quatro elementos principais: (1) *Hierarquia*: os departamentos do governo são dispostos em referência um ao outro, de forma que a linha de autoridade esteja clara, com os departamentos inferiores sendo constantemente supervisionados pelos departamentos superiores. (2) *Classificação de Cargos*: a organização esta baseada em uma divisão do trabalho; a cada departamento e cargo se atribui a autoridade necessária para executar tarefas especiais (3) *Administração Profissional*: uma classe ou categoria administrativa é desenvolvida, possuindo competências especiais e habilidades técnicas para responder as qualificações exigidas para os vários cargos. Assim a burocracia se torna uma carreira; a entrada se dá por exames através de concursos e a promoção por mérito. (4) *Quadro Formal*: regras e regulamentos são formulados; registros são escritos e arquivados.
FONTE: <http://www.cafehistoria.ning.com.br>

Na qualidade de método não adversarial de resolução de conflitos, é imprescindível ressaltar que a mediação familiar não objetiva primeiramente (não tem por valor primeiro) aliviar as cargas processuais do Poder Judiciário através da promoção de acordos. O acesso à Justiça é um *direito fundamental*¹⁶, e este é o princípio norteador e causa primeira do serviço de mediação familiar: garantir e proporcionar um melhor e mais célere acesso à Justiça. Segundo assinala Brandão (2011, p. 5):

E como declaram Cappelletti e Bryan Garth, o acesso à justiça pode ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. A explicação que se faz necessária neste caso é que quando um cidadão tem seu acesso à justiça de modo pleno, significa que o mesmo não só adentrou nas edificações do Tribunal de Justiça e sim, que teve o seu acesso à justiça, satisfeitos sem deixar lacunas, isto é demonstrado, pelo artigo 14 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; os quais são os direitos dos cidadãos, oriundos da “Declaração Universal dos direitos dos Homens” aprovado pela Assembleia geral das Nações Unidas em 1948: *Artigo 10 - Toda pessoa tem direito em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal, que contra ela seja deduzida.*

O acesso à justiça, como direito fundamental é também constitucional, pois consta na Carta Magna do Brasil de 1988 no inciso LXXIV do Art.5º. E pela data de criação da Constituição pátria vê-se que esta previsão foi declarada há mais de vinte e cinco anos, e por incrível que possam ser muitos os entes federativos, estes não se amoldaram, para estarem prontos para prestarem a necessária assistência jurídica tão necessária no caso dos pobres, tudo isto se encontra relatado na Carta Magna do país.

Apesar de não visado em primeira instância, identifica-se por fim que existe, em decorrência dos acordos celebrados nas sessões de mediação familiar, o arrefecimento da litigiosidade e o abatimento na quantidade de processos nos escaninhos do Judiciário.

O método da mediação familiar possui grande notoriedade e é incentivado em países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra, como já mencionado anteriormente. A mediação pode ser considerada atualmente uma atuação não somente formal, mas

¹⁶ O Título II da Constituição Brasileira de 1988 é dedicado aos Direitos e Garantias Fundamentais. É dividido em cinco capítulos: I – “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”; II – “Dos Direitos Sociais”; - III “Da Nacionalidade; - IV “ Dos Direitos Políticos” ; e V – “ Dos Partidos Políticos” . Direitos Fundamentais são considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma existência digna, livre e igual. Não basta ao Estado reconhecer direitos formalmente; deve buscar concretizá-los, incorporá-los no dia a dia dos cidadãos dos seus agentes. Pinho (2010, p.96), Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e direitos fundamentais/ Rodrigo César Rebello Pinto** – 10. Ed. reform. – São Paulo: Saraiva, 2010 – (Coleção Sinopses Jurídicas; v. 17)

subsidiada e regulamentada pelos Estados em suas respectivas legislações, compondo o ordenamento jurídico.

Das básicas distinções entre o método da mediação familiar e o sistema jurídico processual clássico, destaca-se a proeminência na colaboração entre as partes em vez da concorrência, na tentativa da compreensão alheia no lugar da constância ofensiva, além das deliberações serem assumidas pelos mediados e não estabelecidas por uma figura externa. A mediação familiar é uma abertura ao diálogo e à emancipação, uma vez que permite às pessoas mediadas constituírem elas próprias as suas regras e diretrizes relativas à situação de divergência em que se encontram. Poder de decisão no lugar da submissão à decisão e julgamento não horizontalizado, o que não necessariamente surtirá efeitos. Logicamente, a mediação não irá suprimir a atuação do sistema processual clássico, uma vez que não são em todas as situações familiares que são passíveis ao método consensual. A mediação familiar configura uma escolha pela resolução da divergência familiar. Ela emerge como uma possibilidade criativa da atuação jurídica sobre as demandas que lhe evocam intervenção, principalmente ao que tange às responsabilidades e compromissos dos genitores e de cônjuges/ ex-cônjuges.

Ávila (2004, p. 58) afirma que conforme os estudos realizados por Richardson em 1987, os serviços de mediação familiar que atuaram em divórcios/separações judiciais tramitados em comarcas de quatro cidades do Canadá mostraram que:

- 80 a 90% dos mediados estão contentados a experiência do método de mediação familiar;
- 64% dos casais favorecidos pelos serviços de mediação familiar asseguraram terem alcançado uma compreensão parcial ou completa;
- em Montreal, a definição do valor dos alimentos é superior (22%) nas situações de separação com mediação, e mulheres, bem como crianças são contempladas com mais benefícios de ordem financeira quando ocorrida a mediação familiar;
- foi verificado melhor entendimento acerca da lei por parte dos mediados, e um maior destaque da figura dos pais com o processo de mediação.

Ainda de acordo com Ávila (2004, p. 59) segundo os dados estatísticos do projeto piloto do Sistema de Mediação Familiar em Santa Catarina no ano de 2002, foram realizados 2.277 atendimentos. Destes últimos, 1.147 ocorrências foram agendadas sessões de mediação familiar, e em somente 11% foram inviáveis um acordo amistoso através do serviço de mediação. Já em 2003, 2.057 situações foram acolhidas no serviço de mediação familiar. Destas últimas, 978 situações foram agendadas sessões

de mediação, e só 17% não alcançaram consenso, cooperando na diminuição da quantidade de processos litigiosos. É válido ainda observar que conforme o relatório avaliativo existiu retração processual considerável, além da diminuição do tempo gasto com os trâmites processuais para fins de homologação.

A mediação familiar é extremamente importante para efetivação do direito ao acesso à Justiça. Além deste acesso, a mediação oportuniza uma transformação cultural no que tange ao trato com os conflitos interpessoais. Representa uma mudança no traço da apelação à decisão do magistrado para a consensualização dos conflitos, viabilizado pela mediação. De acordo com a história, observa-se que a sentença judicial é concebida, majoritariamente, como saída única na resolução de subversões. Assim, os métodos consensuais revelam que há outro formato mais oportuno e pertinente, desconstruindo, paulatinamente, a hegemônica tradição processual. Conforme aponta Luiz Alberto Warat, ao registrar prefácio de Abreu (2004, p.24):

[...] o direito sólido da modernidade, chamado normativismo, está sofrendo os embates da fluidez como concepção do mundo. Hoje, buscam-se fundamentos de fluidez na resolução dos conflitos, começa-se a questionar o valor normativo e surgem respostas alternativas, como a mediação, as Casas de Cidadania, ou os Balcões de Direito; todas as formas de autocomposição que concebem a conflitologia como um lugar de aprendizagem existencial, de vida, de autonomia e de cidadania, com um potencial democrático emancipatório muito mais de acordo com estes tempos de fluidez moderna, com estes tempos de modernidade líquida.

Por conseguinte, confrontar-se com demandas que abarquem a matéria do Direito - especialmente no que concerne os conflitos referentes ao Direito de Família - sem a apreciação do valor e pertinência da mediação familiar na resolução do litígio é desconsiderar a profundidade das relações de afetividade e sua fluidez citada anteriormente, conformando o cotidiano dos indivíduos segundo conceitos constituídos.

O Poder Judiciário despendeu grande empenho no ajuste das relações afetivo-familiares às diretrizes, às normas e às leis. E estas últimas, atinentes a padrões estanques de organização familiar, sendo apregoadas em favor da garantia de uma sociedade mais satisfatória - uma vez que esta instituição é concebida como a base societária¹⁷ - sob a expectativa de haver uma solução adequada para todas as circunstâncias de desavenças, estas que ocasionam o conflito. Identificar as maneiras que oportunizem a mediação e racionalização desses conflitos configura, portanto, a

¹⁷ A família, base da sociedade, possui especial proteção do Estado (art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil /88

promoção de Justiça, uma vez que existe a mutação dos indivíduos, a transformação de seus interesses e de suas possibilidades.

Uma análise realizada minuciosamente possibilita constatar a pretensão de um Direito que busca concretizar, e ainda, oferecer um suporte normatizador jurídico às relações de afetividade e de ordem privada presentes na sociedade. Isto, de maneira mais precisa, ao lidar com as relações familiares, objetiva demarcar, estabelecendo limites concessivos ou proibitivos, no intento de que o ordenamento jurídico conceda a garantia e a constância para os princípios categóricos de todo sujeito. Neste movimento, os princípios da Constituição - que são verdadeiras diretrizes para o delineio dentre o dever/direito e liberdade de todo indivíduo - carecem ser pautados e explicitados, dos quais se saca, em decorrência quase que óbvia, uma circunstância que é incapaz de comportar a velocidade e também profundidade do desenvolvimento das relações humanas.

Procura-se evidenciar a contemporânea *crise* vivenciada, ainda que erigida a Constituição de 1988 (conhecida como a Constituição Cidadã), esta que oportunizou novidades no padrão jurídico referente à instituição familiar. Ainda é mantida, infortunadamente, a situação de não aplicação efetiva do que outrora foi apregoado na Constituição. O direito constitucional, referido especificamente no aspecto da vinculação desta Constituição ao direito de família e sua aplicação, não recebe a atenção e notoriedade as quais demanda.

A aprovação do novo Código Civil ¹⁸ suscitou o entendimento de que este último veio assegurar e regular as relações afetivas. Isto, em partes pode ser considerado como válido, já que houve consideráveis ganhos, estes que foram citados na subseção anterior. No entanto, esta concepção pode ser perniciosa, uma vez que a Constituição Brasileira assegurou em seu documento de 1988 a proteção aos direitos individuais e fundamentais da família. Ou seja, o Código Civil de 2002 veio delinear aquilo que já havia sido defendido na Constituição Cidadã. Concernente ao direito de família Braganholo (2005, p. 77) afirma:

Em função da nova realidade jurídica e social, o Direito de Família tradicional tem sofrido profundas mudanças, devendo o atual Direito de Família viabilizar uma concepção de justiça mais aberta e preocupada em harmonizar suas diretrizes com os princípios fundamentais e direitos inalienáveis da pessoa humana garantidos pela Constituição Brasileira.

¹⁸ BRASIL. Lei n. 10.406, de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2002, que institui o novo Código Civil brasileiro.

2.3 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Na Resolução 11.2001/TJ-SC foi explicitada a pertinência da adesão do assistente social à equipe interdisciplinar, na qualidade de mediador, uma vez que a proposta do Sistema de Mediação Familiar se depara harmoniosamente com o traço da atuação desenvolvida pelo serviço social do Poder Judiciário. Ou seja, uma trajetória de labuta empenhada na oportunidade de acesso à justiça aos indivíduos que se achegam a esta instância, agenciando o exercício da cidadania e a garantia dos direitos fundamentais. Esta atuação é convergente às competências do assistente social, da mesma forma que se atrela aos princípios do Código de Ética da profissão. O terceiro e o quinto princípio fundamental da Lei 8662/93, o Código de Ética do/a Assistente Social preconizam:

III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

V Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure de universalidade acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

A Resolução 11.2001/TJ-SC ainda enfatiza, como já referenciado antes, a importância da organização e configuração interdisciplinar no sistema de mediação familiar, porquanto os conflitos familiares estão entremeados em fatores que extrapolam o aparato jurídico-legal, penetrando em questões subjetivas, sociais, etc.

Sob esta perspectiva, torna-se viável a edificação de um ambiente de efetivo trabalho em rede, de integração, na diligência para atender as demandas das famílias na sua complexidade e profundidade. Conforme Pizzol (2006, p. 119):

Há situações em que se instala o contraditório, por divergências de interesses, entrando-se verdadeira batalha judicial. Considera-se que, nestes casos, o serviço de mediação familiar – onde houver – é mais indicado por oferecer uma possibilidade menos traumática de resolução do conflito; esta mediação pode ser feita por diversos profissionais, dentre os quais o assistente social.

Sendo ponderadas as multifacetadas do conflito, o papel do assistente social na situação deste último, referente à família, é imperioso. Estes indivíduos/famílias que se achegam ao sistema de mediação familiar, comumente experenciam com pelo menos algum dos efeitos referidos às expressões da questão social. E o assistente social é munido e subsidiado de compromissos ético-políticos com a população a qual destina sua atuação. Relativo a isto, Iamamoto (2009, p. 43) sinaliza:

A afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

Faz-se necessário destacar aqui que no percurso da sessão de mediação familiar, não é permitido ao mediador empregar sua ciência da formação profissional explicitamente.

No que tange à conveniente participação do assistente social na equipe interdisciplinar, mostra-se fundamental pensar a acolhida e análise crítica do mediador perante a condição de fragilidade familiar. Este profissional é dotado de subsídios que lhe permitem encadear a causa específica apresentada junto aos ordenamentos econômicos/sociais, à categoria *trabalho* e às graves consequências do vigente modelo capitalista no cotidiano dos sujeitos. Acerca da participação profissional do assistente social na equipe de mediação familiar, Cordazzo e Segalin (2012, p. 37) assinalam:

Novamente se percebe o protagonismo profissional, pois na composição das equipes de atendimento dos serviços de Mediação Familiar, o Assistente Social aparece em destaque. Esse indicativo demonstra que o assistente social, pela capacidade de lidar com situações sociais vivenciadas pelas demandas trazidas pelos indivíduos ao espaço do Judiciário, assumiu o compromisso de transitar nesse novo terreno, utilizando-se das particularidades inerentes à mediação (imparcialidade, neutralidade, etc.), sempre imbuído e alicerçado no conhecimento das expressões ideoculturais dos sujeitos demandatários da área sociojurídica em suas dimensões universais e singulares.

Em situações de necessidade do indivíduo(s) mediado(s), o mediador deve realizar o devido encaminhamento para a rede de proteção atinente, fazendo a interlocução do serviço jurídico com os outros serviços necessários. Imprescindível é que seja salientado, igualmente, que as relações colocadas na sessão de mediação devem ser reguladas pelo princípio de liberdade do indivíduo, prezando primeiramente pelo perfil democrático. Esta postura profissional se vale pelo reconhecimento do direito humano à cidadania, à justiça e à equidade social, considerando-se a universalidade de direitos, com base nos princípios da Lei 8662/93, o Código de Ética do/a Assistente Social:

I - Reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II - na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo

No que se refere ao papel do assistente social no Poder Judiciário, mostra-se crucial que este compreenda criticamente a paradoxalidade das relações sociais. Conforme Pizzol (2007, p. 51):

Afinal, o que são conflitos jurídicos senão desentendimentos entre pessoas, pretensões resistidas de direitos, muitos deles, de origem eminentemente social.

Por este motivo, a participação do profissional do serviço social neste local é de suma significância, uma vez que está apto para realizar avaliação, reflexão e atendimento de tais situações de fragilidade apresentadas ao Poder Judiciário. E o sistema de mediação familiar se configura como ambiente de acolhida, de escuta, incluindo o indivíduo na deliberação acerca do conflito vivenciado por ele. Neste local de oportunidade de acesso à justiça, é salientado por Pizzol (2007, p.56):

Há que se vislumbrar que esse profissional possa, por exemplo, ao criar e aprimorar metodologia adequada, despertar para um novo e profícuo momento no sistema de justiça, oferecendo aos usuários, como política institucional, uma via não litigiosa de solução de conflitos.

É pertinente assinalar que este espaço, o método de mediação familiar, que propicia o diálogo e a reflexão, também oportuniza um novo cunho para relação

constituída entre os mediandos, não se restringindo ao acordo pontual celebrado na sessão da mediação. Operador de direito, o assistente social executa seu trabalho, como já dito, objetivando a promoção da cidadania e da justiça social. A importante inserção do profissional do serviço social na mediação familiar, desempenhando sua função na qualidade de mediador de conflitos, depara-se com a oportunidade de harmonizar a ciência da sua área do conhecimento específica juntamente à mediação.

3. A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, NA MEDIAÇÃO FAMILIAR

Vislumbrando uma maneira de replicar os problemas de ordem social necessitados de intervenção, segundo disserta Guerra (2000, p.55), o Estado esquematiza e organiza uma série de ações, deprecando as especialidades pertinentes dos seus aparatos institucionais, estes que atuarão objetivando o *alcance dos fins econômicos e políticos em conjunturas sócio-históricas diversas*.

A partir do modelo econômico vigente – o capitalismo - a questão social e seus reflexos revelam-se cada vez mais necessitados de uma intercessão permanente do Estado, deflagrando historicamente, um específico e peculiar âmbito de intervenção para os assistentes sociais. Estes últimos, ascendendo no espaço de trabalho, começam a exercer os papéis que lhes são requisitados por parte das instituições empregadoras. Sua atuação, a partir de então, é delineada de maneira bastante institucionalizada, ou seja, desempenhando sua função de acordo com a normatividade da instituição na qual está inserido.

Particularmente no âmbito sociojurídico, o profissional do Serviço Social desempenha um extraordinário trabalho de ponte, facilitando o acesso ao Poder Judiciário e os cidadãos necessitados de sua intercessão. Para tanto, o assistente social necessita se utilizar, com primor, de seus instrumentais. Segundo Guerra (2000, p.2):

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Estes instrumentais subsidiam a atuação do assistente social, orientando suas ações, a fim de alcançar uma exitosa, ou mais satisfatória acolhida. Este embasamento

teórico fará de seu fazer profissional uma ação propositiva e crítica. Desta feita, ressalta-se a necessidade de acuidade à dimensão teórico-metodológica por parte dos assistentes sociais atrelado à perspectiva ético-política do Serviço Social, bem como com o Código de Ética do Assistente Social¹⁹.

O Poder Judiciário, de maneira ampla, está inclinado à tentativa de resolução dos conflitos. Estes últimos, porém, como já assinalado anteriormente na primeira e segunda seção, estão longe de serem solucionados na sua integralidade, uma vez que a decisão é vertical. Comumente ocorre somente uma deliberação externa acerca do conflito.

Partindo desta premissa, a maneira como o assistente social intervém nesta situação é de suma importância e destaca-se. Pode-se declarar que as competências deste profissional inserido no Judiciário são modernizadas para um poder ainda ligeiramente distante das legítimas necessidades das pessoas que atende. Esta reflexão é válida uma vez que a demanda litigiosa que chega aos Fóruns é uma talha da situação de vulnerabilidade a qual o sujeito vive. Os atendimentos realizados no plantão social habitualmente deflagram emergências referentes a uma situação externa ao problema litigioso. Desta feita, são realizadas orientações pertinentes, contatos telefônicos para a rede e, se necessário e possível, o então encaminhamento para rede correlata. De acordo com Guerra (2000, p.62):

Ao desprender-se da base histórica em que a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades, tudo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas, pode antecipá-las (...) reconhecendo a dimensão política da profissão (...) invista na construção de alternativas (...) à superação da ordem social do capital.

Ou seja, a atuação do assistente social na instância judiciária não se vale apenas de uma postura e intervenção social referente ao trâmite processual ou litigioso, e sim, a operação sobre a conhecida questão social e seus reflexos. Sob esta perspectiva, o desempenho do profissional do serviço social demanda um progresso teórico-político consistente. Referente ao tema, Iamamoto (2001, p.21) explana:

[...] uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e

¹⁹ Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.

possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

A assimilação e articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa a respeito das demandas peculiares nas quais labuta o assistente social são imprescindíveis e cruciais para o aprimoramento do Serviço Social inserido na instância Judiciária, enquanto especialização da profissão.

Concernente a esta especialização da profissão, não obstante exista tímida (em processo de ascensão) produção de conhecimento nesta área, o conteúdo elaborado proporciona suporte para o assistente social. Sabe-se que a metodização da atuação profissional, por meio do desenvolvimento de uma teoria, provoca, por conseguinte, a consideração do Serviço Social na qualidade de área do conhecimento, assim como carreira dotada de especialidade e capacidade no que diz respeito ao fazer profissional.

Percebe-se que na aludida intervenção, crucial é que o assistente social exerça seu encargo sob a perspectiva dos direitos, os quais solidificam as reivindicações e demandas sociais. Isto, norteado e preconizado pelo Código de Ética da profissão cuja direção possibilita intervir na totalidade expressa pela vida humana, assim como incorporar ao seu dia-a-dia profissional, os códigos e regulamentações da profissão. Imprescindível é que o assistente social execute de maneira primorosa sua função, que conglomerar cabedal teórico específico, acrescentando perspectiva imbuída de criticidade, analítica a respeito do conhecimento, extrapolando as circunscrições rigorosamente burocráticas conformadas à instituição.

A comunicação e articulação diária entre os demais profissionais do foro e o juiz acontecem, eminentemente por intermédio dos documentos, informações oficiais e pareceres, configurando um desempenho conjugado no processo decisório. Faz-se necessário ressaltar que, ao ser anexado um documento ao processo, este se torna disponível/acessível aos demais profissionais dos setores da Comarca, através do SAJ (Sistema de Automação do Judiciário). O assistente social, segundo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina²⁰ possui as seguintes atribuições:

1. Desenvolver trabalho técnico de perícia e estudos sociais como subsídio para emissão de relatórios, laudos, informações e pareceres sobre a matéria do Serviço Social, mediante determinação

²⁰ <http://www.tjsc.jus.br>. Segundo os assistentes sociais do TJSC Alcebir Dal Pizzol e Maris Tonon, as citadas atribuições foram delineadas entre o 2008 e 2009.

judicial.

2. Atender à demanda social nas questões sócio-jurídicas, por meio de trabalho de orientação, prevenção e encaminhamento, com a utilização dos instrumentais específicos do Serviço Social.
3. Gerenciar o Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA), além de orientar e acompanhar famílias a quem tenham sido entregues, judicialmente, crianças e/ou adolescentes.
4. Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar os programas específicos do setor do Serviço Social, dentro do contexto sócio jurídico, de acordo com as peculiaridades e necessidades da comarca.
5. Contribuir para o entrosamento do Judiciário com instituições que desenvolvam programas na área social, correlatos às questões sócio-jurídicas, prestando assessoria e apoio a projetos relacionados à família, infância e juventude, tais como: Grupos de Estudos e Apoio à Adoção; Instituições de Abrigo; Programas de Famílias Acolhedoras; Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Mediação Familiar e similares.
6. Contribuir para a organização de eventos, tutorar e proferir palestras, conferências sobre temas relacionados à ação tecnicocientífica do Serviço Social.
7. Atender às determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a legislação que regulamenta a profissão e o código de ética.
8. Cumprir as instruções baixadas pelo juiz da infância e da juventude, da família e da execução penal.
9. Encaminhar servidor ao atendimento de técnico competente, quando apresentar problemas de outra natureza.
10. Realizar visitas a locais de trabalho, domiciliares e instituições hospitalares, quando se fizer necessária a assistência ao servidor e sua família.
11. Fornecer subsídios aos demais técnicos, sempre que solicitado, para a elaboração de laudos periciais.
12. Promover debates com servidores sobre temas e dificuldades detectadas.
13. Executar outras atividades correlatas.

Portanto, revela-se necessário que o assistente social nutra e empregue, no seu cotidiano, os princípios e valores que norteiam a ética profissional, assim como o fazer profissional. Por conseguinte, convém o aprofundamento acerca dos pontos que abrangem a instrumentalidade, que se deflagram como imprescindíveis para a execução de seu encargo na esfera sociojurídica.

3.1 OS NECESSÁRIOS ALICERCES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Conforme elenca Bressan (2009, p. 164), a discussão acerca das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no fazer profissional é resultado de um dilatado debate fermentado pelo serviço social, especialmente nos anos de 1980 e 1990, que segundo adendos da autora, foi um momento de considerável acumulação teórica, como frisam Iamamoto (1998), Netto (1999), Yazbeck (2000), entre outros.

O adensamento teórico iniciado dentro do Serviço Social engendrou uma sucessão de impactos no âmbito da formação profissional, em especial, na reformulação curricular. Decorrente deste quadro, em 1996, a antiga Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- ABESS²¹ abonou uma nova proposta basilar para a formação profissional. O material esquematiza um aglomerado de diretrizes que firmam um alicerce similar para os cursos de graduação em Serviço Social, em esfera nacional. No citado documento produzido, as diretrizes curriculares apregoam a imprescindibilidade de uma formação que aprecie e considere uma capacitação cunhada sob as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. De modo geral, as citadas dimensões têm condições de oportunizar ao assistente social a compreensão crítica dos acontecimentos e dos fatos sociais em sua totalidade.

Os motivos que eferventaram o desenvolvimento destas três dimensões foram assinaladas Iamamoto (1998) já que o caminho da categoria apontava a carência de *extrapolar o teoricismo, o politicismo e o tecnicismo*, frente à outrora distância entre fundamentação teórica e o fazer profissional, “[...] entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana”, sinaliza Iamamoto (1998, p. 52). O delineio das citadas atribuições vem, logo, demarcada pela ânsia de fixar novos suportes para o desempenho do fazer profissional, embasados numa rígida apropriação teórico-metodológica, na observação do aspecto político do Serviço Social, bem como na premência de aprimoramento técnico-operativo. Visceralmente encadeadas, as três perspectivas passaram a ser discernidas como atributos requisitados do assistente social.

²¹ A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, no ano de 1998, passou a ser chamada ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Pode-se considerar que a dimensão teórico-metodológica focaliza a apropriação do notório arcabouço teórico crítico objetivando que os processos sociais sejam concebidos e apreendidos na sua totalidade. Ainda assinala as possíveis pontes teóricas, cuja finalidade destas é aclarar as peculiaridades das situações as quais são apresentadas, cotidianamente, ao assistente social. Esta perspectiva confirma-se a partir da pesquisa assídua e permanente sobre os fenômenos sociais, ultrapassando o senso comum.

O aspecto ético-político posiciona o espaço valorativo; incita a edificação de um projeto societário novo e ordena uma nova utopia a ser almejada, ou seja, ordena um novo padrão societário, instituída sobre princípios democráticos, de justiça social, de liberdade e de cidadania. A outra dimensão acentua a questão técnico-operativa. Entendida como cláusula imprescindível para a colocação qualificada do assistente social na prática diária, debate a deliberação de planos que assegurem a efetivação das responsabilidades ético-políticas, alicerçados na perspectiva teórico-metodológica requeridos à função.

3.2 A CAPACITAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA MEDIAÇÃO FAMILIAR

Sob a ótica dos requisitos acima apresentados do fazer profissional, será alocada a experiência da mediação familiar, considerando esta última como circunstância autêntica, efetiva para esta discussão.

A mediação familiar, como antes já apontado, preconiza a oferta de uma opção de acesso à justiça, contemplando as transfigurações da sociedade, o crescimento das demandas ao Judiciário, o dispêndio das divergências familiares parcamente solucionadas e o descontentamento referente à eficiência da justiça.

Como já salientado, a competência teórico-metodológica permite que se extrapole o *lugar-comum* do atendimento às demandas que se achegam ao Serviço Social, uma vez que a situação apresenta-se desprovida de mediações teóricas; a exemplo da mediação familiar, os indivíduos que demandam a efetivação do direito de família. Guerra (2000, p. 12) sinaliza:

Tratar-se-á aqui da instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da

sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. Aqui, a instrumentalidade sendo uma particularidade e como tal, campo de mediação, é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. Da cultura profissional os assistentes sociais recolhem e na instrumentalidade constroem os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental-técnico ou as ditas metodologias de ação.

Uma das atribuições do profissional do Serviço Social é exceder o aparente, constituindo lógicas e ligações a fim de assimilar o fenômeno social em sua fluidez. A perspectiva teórico-metodológica provoca a resposta, substancialmente, a uma sucessão de questionamentos, tanto para compreender a circunstância colocada, igualmente obter possibilidades de ação. Relativo à instrumentalidade como mediação, citando Guerra (2000, p. 13):

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, em face de sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

A atuação do sistema de mediação familiar requer uma leitura eminentemente teórica acerca da situação familiar que se apresenta. Como por exemplo, identificar quais são os determinantes sociais que conformam a demanda da família; perceber quais seriam os processos sociais, derivados da constituição histórica da conjuntura brasileira, são evidenciados nas peculiaridades das famílias; avaliar em que dimensão o Estado, através das instituições, atinge os sujeitos; em que medida a categoria *totalidade* consegue assessorar a interpretação da singularidade desta família; compreender quais componentes socioculturais favorecem a assimilação e compreensão destes indivíduos.

Segundo Bressan (2009, p.168) a dimensão teórico-metodológica dispõe a compreensão dos dois modelos do pensamento social, o *positivismo*²² e o *marxismo*²³. Na

²² Positivismo é um conceito que possui distintos significados, englobando tanto perspectivas filosóficas e científicas do século XIX quanto outras do século XX. Desde o seu início, com Augusto Comte (1798-

tradição marxista, a categoria totalidade resguarda-se de uma importante ferramenta de análise e compreensão da realidade. A totalidade é capaz de assimilar o real, este, imbuído de toda sua complexidade. Concernente a esta categoria, Coutinho (1996, p.93) explana:

O que caracteriza metodologicamente o pensamento marxiano, portanto, é a insistência na necessidade de conceber a vida e as estruturas sociais reconhecendo, por um lado, que elas formam objetivamente uma totalidade, mas também, por outro, que o modo mais correto de compreendê-las subjetivamente é adoção consciente do que o jovem Lukács chamou de ponto de vista da totalidade.

O embasamento teórico do assistente social revela-se, sumariamente, imprescindível para a execução de uma sessão de mediação familiar que atenda à complexidade e profundidade das relações humanas.

O profissional do Serviço Social requisita, concomitantemente, a intervenção na realidade social e o discernimento desta. Portanto, a mediação teórica remete-se à totalidade dos processos sociais, bem como excede a aparência. Isto oportunizará o extrapolar de práticas profissionais fragmentadas, encharcadas e nutridas pelo senso comum.

A discussão a respeito da dimensão ético-política, alicerçada sobre uma perspectiva social, foi determinante para a reestruturação do Serviço Social no Brasil.

1857) na primeira metade do século XIX, até o presente século XXI, o sentido da palavra mudou radicalmente, incorporando diferentes sentidos, muitos deles opostos ou contraditórios entre si. Nesse sentido, há correntes de outras disciplinas que se consideram "positivistas" sem guardar nenhuma relação com a obra de Comte. Exemplos paradigmáticos disso são o Positivismo Jurídico, do austríaco Hans Kelsen, e o Positivismo Lógico (ou Círculo de Viena), de Rudolph Carnap, Otto Neurath e seus associados. Para Comte, o Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, da crise social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora as incorporando em uma filosofia da história). Assim, o Positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte.

Fonte: Wikipédia.org

²³ O Marxismo é o conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores. Baseado na concepção materialista e dialética da História, interpreta a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí consequentes. O marxismo compreende o homem como um ser social histórico e que possui a capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho, o que diferencia os homens dos outros animais e possibilita o progresso de sua emancipação da escassez da natureza, o que proporciona o desenvolvimento das potencialidades humanas. A luta comunista se resume à emancipação do proletariado por meio da liberação da classe operária, para que os trabalhadores da cidade e do campo, em aliança política, rompam na raiz a propriedade privada burguesa, transformando a base produtiva no sentido da socialização dos meios de produção, para a realização do trabalho livremente associado - o comunismo -, abolindo as classes sociais existentes e orientando a produção - sob controle social dos próprios produtores - de acordo com os interesses humanos-naturais.

Nesta ótica, a ética evidencia e estrutura princípios, igualmente norteando ideologicamente a profissão. De modo geral, a política refere-se à escolha por um projeto de sociedade, e, mais especificamente, às situações próprias da profissão. Atinente à perspectiva ético-político, Netto (2006, p.144) reflete:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (teóricos, práticos, institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

É importante salientar que o Código de Ética de 1993, adota em seu corpo, o compromisso de empenho e labor por uma nova ordem societária, ao elencar os onze princípios fundamentais, no qual a liberdade conforma como valor fundamental. Os referenciados princípios não são uma abstração, desconectados da realidade. Eles introduzem uma significativa capacidade interrogativa e reflexiva. Atribuindo esta dimensão à prática da mediação familiar, esta se pauta, eminentemente, no protagonismo dos sujeitos, ou seja, fomenta a tomada de decisão por parte dos usuários, incitando a autonomia, a liberdade para a deliberação e definição do acordo. O assistente social, na figura do mediador, tem a oportunidade e exercer a defesa pela democracia como valor, concebendo o mediado como sujeito de direitos.

O mediador familiar, na sua individualidade, possui seus valores morais, suas *concepções do outro*, suas *construções sociais*²⁴ e seus preconceitos, e unicamente uma reflexão e interrogação ética terá a capacidade de aferi-las.

A perspectiva técnico-operativa representa o quadro de estratégias e ferramentas que oferecem operacionalidade à atuação do profissional do serviço social. Todavia, desprezar as dimensões teórico-metodológica e ético-política restringe a intervenção à simples execução de técnica, desprovido da capacidade transformadora da ação da profissão. Existe um conjunto de instrumentais que intermediam o assistente social com

²⁴ Construção social é definida, segundo Renk (2000, s/p), como quadro de convenções, regras e valores, dos esquemas de percepção criados pelo homem, em determinada sociedade e em determinado momento histórico. Nada é natural ou determinado, mas que as construções sociais são gestadas e incorporadas pela sociedade e vivenciadas como naturais, criados pelos homens para os homens.

a realidade social. É possível elencar as visitas, as entrevistas, as reuniões, a observação, e diversos. De maneira ampla, é através da perspectiva técnico-operativa que o assistente social constitui uma ligação com os sujeitos, configurando os encaminhamentos, as orientações, a escuta, etc.

Refletindo sobre o sistema de mediação familiar, constata-se que a maior porcentagem de usuários atendidos por este, é composto por famílias hipossuficientes, das quais a carência não se restringe somente à incompetência de consumo, mas igualmente, carentes de esclarecimento para entender a conjuntura na qual estão inseridos e suas implicações. Atinente a isto, Yazbek (2003, p. 156) aponta:

Neste sentido, devem submeter-se, em geral, ao ordenamento das operações institucionais, sejam elas de natureza disciplinadora ou voltadas à sua orientação e formação. Este processo produz, muitas vezes, a desqualificação dos usuários que aparecem como necessitados, submetidos moralmente, despidos de direitos e objeto da benevolência estatal.

Percebe-se a reciprocidade, a interdependência e que são complementares, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Esta última preconiza e anuncia a liberdade, a autonomia e a emancipação dos indivíduos, imprescindivelmente contestando e opondo-se às formas de dominação, subalternidade²⁵ e privação de direitos, que podem ser deflagrados no âmbito institucional. Com um apropriado embasamento teórico-metodológico o assistente social poderá expor os argumentos cabíveis para pensar e problematizar a realidade, oportunizando uma ação profissional empenhado com os interesses dos usuários.

Atinente à perspectiva técnico-operativa, pode-se asseverar que esta abarca ainda aspectos que, a priori, são demasiadamente óbvios para receberem destaque e notória discussão. Alguns aspectos desta dimensão podem ser elucidados, como a *escuta qualificada*. No atendimento com o usuário, o assistente social imprescindivelmente deve ouvir o sujeito recebido pelo serviço social. O ato de escutar extrapola o sentido estrito do verbo, envolve a constituição de confiança entre ambos, na atitude e demonstração explícita de respeito e consideração com os pensamentos, os sentimentos e as escolhas do usuário. Oportunizar um espaço profissional apropriado implica em

²⁵ O conceito de "subalternidade" tem sido utilizado, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. **Fonte:** Scielo.br/ Revista Katálisis/ *Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*.

organizar um ambiente físico conveniente e favorável, bem como assegurar uma relação com o indivíduo na qual este se note sujeito de direito, sendo a ele garantido o alcance dos serviços satisfatoriamente.

É dever do assistente social, preconizado no Código de Ética, o sigilo profissional, ao mesmo tempo, um direito do cidadão acolhido. Todavia, circunstância não é definida apenas de modo verbal, e sim, demanda espaço físico oportuno para tanto, e principalmente, atitude profissional que evidencie este quesito. Válido é assinalar que os sujeitos, ao recorrerem o Serviço Social, comumente mostram-se vulneráveis e, desta feita, é importante uma acolhida e olhar atenciosos. Instruído pelos valores éticos, o assistente social tem a abertura para exercitar e empregar as três dimensões da atuação profissional.

3.3 O DESAFIO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À MEDIAÇÃO FAMILIAR

Em face do que foi explicitado, é possível assegurar que o Serviço Social obteve através de sua árdua trajetória, destacado reconhecimento profissional no Poder Judiciário e continua qualificando seus atributos, objetivando o atendimento de qualidade às situações e demandas dos sujeitos, dentre uma delas, a mediação familiar. Constata-se que, concomitantemente, o emprego do método de mediação familiar, e este contemporâneo encargo do assistente social, são acometidos por aversões provenientes de certo tradicionalismo do Poder Judiciário – apesar de alguns magistrados conceberem a mediação como extremamente oportuna - bem como da categoria dos profissionais do serviço social. É possível analisar, deste modo, que o exercício profissional no contexto do Poder Judiciário, considerando os seus novos papéis, configura-se como desafio ao profissional do Serviço Social.

Vislumbrando o entendimento relativo à oposição de algumas vertentes profissionais em reconhecer as atuais necessidades apresentadas ao assistente social, revela-se oportuno um rápido retorno à trajetória profissional.

A origem e a evolução da profissão teve sua gênese nos fundamentos católicos, caracterizados como conservadores. Segundo pontua Netto (1996, p.118):

[..] a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual etc.

Em razão deste embasamento conservador do Serviço Social, muitas das perspectivas e premissas pós-modernas são estancadas pela seção de profissionais tradicionalistas. É defendido por uma parcela da categoria, que não cabe ou não diz respeito às atribuições da profissão a atuação em mediação familiar que, igualmente às concepções pós-modernas do serviço social, apregoa princípios do Código de Ética, como a liberdade enquanto valor e a autonomia do sujeito.

A partir da emergência da profissão, houve diversas ocasiões nas quais os assistentes sociais intentaram romper com os fundamentos conservadores. Todavia, apenas entorno em meados dos anos 1970, foi transmitida uma opção ao conservadorismo, engendrando a *Intenção de Ruptura* e facilitando de modo efetivo a reestruturação teórico-cultural do serviço social. Referente a este processo, Netto (1988, p.255) reflete:

[...]resultado da vontade subjetiva de seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira.

Este contemporâneo redirecionamento político Serviço Social requisita ao assistente social aproximação teórica e apropriação conceitual para o fazer profissional. O que é objetivado com esta mudança é o desenvolvimento de um profissional ajustado com a apreciação da realidade social na sua totalidade, bem como na particularidade da vida cotidiana. Um assistente social criativo e engenhoso, competente para compreender o processo social, a relação humana e suas implicações.

Netto (1988) avalia que a reorganização crítico-analítica oportunizada pela evolução teórica da dimensão da *intenção de ruptura* possibilitou outros subsídios ao Serviço Social. Abordando a prática profissional, Netto (1988, p. 303) enuncia:

[...] a utilização de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da Assistência Pública.

É válido ressaltar que não somente a profissão do Serviço Social demanda atender e corresponder às atuais oportunidades de intervenção. Reflete-se que a organização clássica do Poder Judiciário possui, igualmente, condições de alargar o ambiente designado para desenvolvimento dos métodos alternativos de resolução de conflitos como, a mediação familiar. Frente a este projeto da profissão iniciado pela

intenção de ruptura, é permitido constatar que a circunstância presente carece de um Serviço Social moderno e de resoluções concreta à atual realidade.

Verifica-se que uma das atuais oportunidades de atuação ao assistente social é o papel do mediador, principalmente no âmbito do Poder Judiciário, acelerando os processos deflagrados. Conforme elucida Carmo (1998, p. 52):

[...] intervenção do Serviço Social, surge em decorrência do aumento do número da demanda solicitante de questões a serem negociadas com maior urgência, devido à deficiência no acesso dos usuários à assistência judiciária, e ainda, no intuito de solucionar questões por via alternativa, mais criativa, rápida e barata para os usuários daquele setor.

É possível refletir que este assistente social apontado pelo movimento de *intenção de ruptura*, subsidiado pelas três dimensões da profissão, tem aspecto similar ao do ofício do mediador de conflitos. Ao se apreciar os atributos essenciais a um mediador, Ávila (2004, p.33) aponta a neutralidade; o respeito às opiniões e à individualidade; o ouvir; o reconhecimento do diálogo; o incentivo à reflexão e a autodeterminação. Tais atributos e propriedade demonstram que o profissional do Serviço Social, que aporta tais princípios fundamentais para uma intervenção qualificada, não contraria a sua formação, ou não foge às atribuições do Serviço Social ao exercer a mediação familiar.

O Código de Ética da profissão do Serviço Social evidencia a citada afirmativa na tradução dos princípios fundamentais (dimensão ético-política), que tratam acerca da *liberdade como valor ético central; autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; recusa do arbítrio e do autoritarismo; equidade e justiça social; respeito à diversidade; compromisso com o constante aprimoramento intelectual; etc.* Partindo desta premissa, é admissível assegurar que o assistente social progride e colabora substancialmente com o sistema de mediação familiar. Possui atributos e requisitos para analisar os processos sociais de maneira alargada, vinculando os mediados à conjuntura social na qual estão entremeados.

Logo, concebe-se o assistente social como profissional subsidiado para contribuir na solução das demandas familiares, com a responsabilidade de orientar os sujeitos a reconhecerem sua complexidade. Esta particularidade tem se representado como um procedimento distinto no âmbito de intervenção do Serviço Social na qualidade de mediador.

Defronte ao que foi elucidado, é razoável afirmar que o assistente social detém valores emparelhados aos necessários à mediação familiar e é aportado por competências técnico-operativa e teórico-metodológica a fim de intervir como um exímio mediador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando a subsistência de pesquisa ainda embrionária no Serviço Social acerca da temática *mediação familiar*, enquanto instrumento de acesso à justiça pelos sujeitos de direitos e a oportunidade de melhor ocupação e ampliação desse campo de trabalho para o assistente social, a discussão apresentada neste trabalho enfatiza a pertinência da maior aproximação com o assunto em questão por parte dessa categoria de trabalhadores, realizando estudos e pesquisas a fim de fortalecerem o debate acerca da amplitude e complexidade que compreende o Sistema de Mediação Familiar.

No desenvolvimento do presente estudo, foi despendido empenho minucioso no que diz respeito ao método e princípios propostos pela mediação familiar em consonância com as atribuições e competências dos profissionais de serviço social. Sob esta perspectiva, a problematização aqui manifestada remete à confirmação de que existe uma conformidade entre a atuação do assistente social e a mediação familiar como método consensual de resolução de conflitos.

O profissional de serviço social, por conta de suas legislações específicas e de sua atribuição, atua na defesa de direitos, regulado pelo direito ao acesso à justiça, norteado pelo *princípio da dignidade da pessoa humana e da autonomia dos sujeitos sociais, tendo a liberdade como valor fundamental*. O assistente social, através da sua inserção no Poder Judiciário, tem sua atuação, também, em situações sociais e sociofamiliares circunscritas no âmbito das relações de afetividade, estas que, de maneira alguma, podem ter sua complexidade e profundidade desconsideradas. Nos processos que tramitam nas Varas da Família, a atuação do assistente social requer uma intensa inserção no enredo familiar, enredo este, por vezes, eminentemente permeado pelo conflito, que trazem demandas como definição e modificação de guarda, regulamentação do direito de visitas, oferta de alimentos, separação consensual ou litigiosa, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, entre outras.

Tendo em vista a carência dos sujeitos de recorrerem ao Judiciário a fim de solucionarem suas intercorrências familiares, o citado Poder replica a resposta por

intermédio do atendimento jurídico tradicional, procedimento este que implica no ingresso de ação judicial e, em algumas Comarcas, também através do Serviço de Mediação Familiar. Concernente à atuação do assistente social, na mediação familiar, Pizzol (2007, p. 93) reflete:

A participação na criação e operacionalização de novos métodos de resolução de conflitos como a conciliação e, principalmente, a mediação, conforme já verificado, demonstra que esse profissional tem uma visão ampla. Não basta ao assistente social fazer seu trabalho rotineiro sem se preocupar com as causas originárias dos conflitos então judicializados.

Neste novo âmbito, onde é intentado o alcance de transformações culturais relativas à forma de intervenção nas divergências e embates interpessoais, o assistente social coloca-se como um profissional apto para colaborar, a partir de sua instrumentalidade e seu aporte teórico basilar, com a execução do método da mediação familiar.

Sob esta ótica, as considerações aqui apresentadas têm como centralidade a conexão entre as atribuições, princípios, em suma, as dimensões profissionais do serviço social e a sua pertinente e oportuna atuação como mediador familiar. Netto (1988) manifesta que a reestruturação crítica da profissão, a partir do movimento de intenção de ruptura, subsidiou o assistente social para que desempenhasse intervenções alternativas, [...] *no bojo das políticas sociais, junto aos movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da Assistência Pública.* (NETTO, 1998, P.303).

É factível concluir que este assistente social, assinalado por Netto (1988), subvencionado pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, quando mediador, não contradita as suas atribuições específicas e/ou privativas, muito pelo contrário, as exerce com efetividade.

Persiste o desafio de permanecer extrapolando e excedendo às aversões conservadoras, deflagradas dentro da categoria profissional do Serviço Social, bem como no Poder Judiciário, resguardando seu comprometimento ético, aperfeiçoando seus atributos, realizando maior aproximação com o tema da mediação, realizando estudos e pesquisas a fim de fortalecerem a necessária discussão acerca da complexidade que compreende o Sistema de Mediação Familiar e despendendo empenho necessário para o desenvolvimento e aprimoramento deste método, que se configura como atual esfera de intervenção ao assistente social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Manoel. **Acesso à Justiça e Juizados Especiais: o desafio da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

AMARAL, CCG. **Família às Avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza. 2001.

ANDRADE, Gustavo Henrique Baptista. **Sobre a mediação familiar**. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br>. Acesso em: 07/04/2012

ÁVILA, Eliedite Mattos. **Modelos de prática de mediação familiar**. In: O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina. Florianópolis: TJ/SC, 2009.

BRAGANHOLLO, Beatriz Helena. **Novo desafio do Direito de Família Contemporâneo: a mediação familiar**. Revista CEJ, Brasília, n. 29, abr./jun. 2005, p. 70-79.

BRANDÃO, Raimundo dos Reis. **O Acesso à Justiça: como um direito fundamental**. Disponível em: [http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18542/O_Acesso à Justiça](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18542/O_Acesso%20%C3%A0%20Justi%C3%A7a). Acesso em 24/04/2012

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002.

_____. Lei nº 1.060 de 5 de Fevereiro de 1950. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

BRESSAN, Claudete M. Fries. **Diálogo com as dimensões teórico-metodológicas, ético políticas e técnico-operativas no campo de estágio: a experiência da mediação familiar** In: O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina. Florianópolis: TJ/SC, 2009.

CARMO, Valéria do. **Mediação familiar: uma prática do Serviço Social das Varas da Família do Fórum da Comarca de Florianópolis**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 1998.

CORDAZZO, Alair Fernanda Lopes. SEGALIN, Andréia. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina** – Cardeno II / Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário – vol. 1, n.1. Florianópolis: TJ/SC, 2012

COSTA, Flavia de Novaes. **Mediação Familiar no Judiciário Catarinense: aspectos históricos e contemporâneos** In: O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina. Florianópolis: TJ/SC, 2009.

COUTINHO, C.N. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Maria Berenice e GROENINGA, Gisele. **A mediação no confronto de direitos e deveres**. Artigo publicado na Revista do Advogado nº 62, março/2001, pp. 59/63.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. V. 5. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GANANCIA, Dalièle. **Justiça e Mediação Familiar: Uma Parceria a serviço da Co-Parentalidade**. Revista do Advogado, São Paulo, n. 62, p. 7-15, mar. 2001

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília: UNB/CEAD, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito de Família**. V5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MAGALHÃES, S. M. **Atendimento X elaboração do laudo social: o contraditório da Justiça ao vivo e a cores, nas formas de comunicação forense**. Disponível em: <www.abepss.ufcs.br/CO_sociojur.htm> Acesso em 03/07/2012

MEDEIROS, Simone Regina. **Aspectos teóricos e práticos da mediação familiar**. In: O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina. Florianópolis: TJ/SC, 2009.

NAZARETH, Eliana Riberti. **Psicanálise e mediação – Meios efetivos de ação**. Revista do Advogado. São Paulo, n.62. mar. 2001

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA et al (Orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVII. Nº50. abril/1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social** - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

PINTO, Ana Célia Roland Guedes. **Direito de Família e Ciências Humanas** Cadernos de Estudos nº 01. Jurídica Brasileira LTDA. São Paulo, 2007.

PINTO, Rodrigo Cesar e Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. Sinopses Jurídicas vol. 17. 2010 p. 96 Edt. Saraiva - São Paulo. 2010.

PIZZOL, Alcebir Dal. **O serviço social na justiça comum brasileira: aspectos identificadores – perfil e perspectivas profissionais/** Alcebir Dal Pizzol – Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Estudo Social ou Perícia Social?** Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense. Vislumbrando melhores serviços. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

_____. **O Serviço Social na Justiça Comum Brasileira: aspectos identificadores-perfil profissional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, 2007.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e direitos fundamentais/ Rodrigo César Rebello Pinto** – 10. Ed. reform. – São Paulo: Saraiva, 2010 – (Coleção Sinopses Jurídicas; v. 17).

RENK, Arlene. **Dicionário nada convencional: sobre a exclusão social do oeste catarinense.** Chapecó: Universitária Grifos, 2000.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil: direito de família.** 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p.6.

SALES, Lilia Maia de Moraes e VASCONCELOS Mônica Carvalho **A família na contemporaneidade e a mediação familiar.** Fortaleza. 2005

WATANABE, Kazuo. **Modalidades de Mediação.** *Série Cadernos do CEJ*, n. 22, Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2001.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

RESOLUÇÃO 11.2001/TJ-SC

Dispõe sobre a instituição do Serviço de Mediação Familiar e dá outras providências.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a experiência vitoriosa em diversos países com a utilização de métodos alternativos e não adversariais de resolução de conflitos interpessoais, entre eles a mediação, inclusive no campo do Direito de Família;

CONSIDERANDO que, não raro, as soluções encontradas por esse meio mostram-se menos traumatizantes para as partes, pois as posições antagônicas são harmonizadas, não havendo quem *ganhe* ou quem *perca* (Juiz Guilherme de Loureiro, “A Mediação como forma alternativa de solução de conflitos”, RT 751/94);

CONSIDERANDO que a mediação se revela extremamente útil, sobretudo nos conflitos conjugais, quando esgotada a possibilidade de reconciliação;

CONSIDERANDO a necessidade de equipar os Fóruns, Casas da Cidadania e Unidades Judiciais instaladas em Universidades, com aparelhamento mínimo que possibilite a atuação mediadora;

CONSIDERANDO a conveniência de estruturar e divulgar o serviço de mediação familiar;

CONSIDERANDO a conveniência de incorporar o trabalho dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário na prática das mediações,

RESOLVE:

Art. 1º – Recomendar aos Juízes das Varas de Família a instituição do Serviço de Mediação Familiar, com a participação efetiva de Assistente Social integrante do quadro do Poder Judiciário e de instituições, órgãos de comunidade e outros técnicos (Psicólogos, Pedagogos, Advogados, dentre outros), que se mostrem interessados em cooperar, de forma gratuita, na implantação e execução desse serviço.

Parágrafo único – O Serviço de Mediação Familiar poderá ser implantado nas dependências de Fóruns, nas Casas de Cidadania e, mediante, convênio, nas Universidades ou outras instituições congêneres.

Art. 2º – Tendo em vista que o mediador cuida das relações emocionais, psicológicas, sociais, econômicas e jurídicas dos conflitos, convém estruturar a equipe com caráter interdisciplinar, apta a desenvolver o trabalho sob todos esses aspectos.

Art. 3º – Envolvendo os conflitos familiares questões complexas, o mediador deve ser escolhido, preferencialmente, entre portadores de diplomas de curso superior ou que estejam cursando universidades, especialmente nas áreas psicossocial e jurídica.

Art. 4º – Para implantação e execução do Serviço de Mediação Familiar, o Tribunal de Justiça disponibilizará aos interessados, para consulta, o projeto “Serviço de Mediação Familiar”, de sua Assessoria Psicossocial, o qual poderá ser adaptado às peculiaridades da Comarca.

Art. 5º – A forma de capacitação dos mediadores familiares será definida pelo Poder Judiciário, que poderá celebrar, com tal finalidade, os convênios que julgar necessários.

Art. 6º – Os recursos para instituição do serviço de mediação familiar poderão advir de convênios firmados com órgãos governamentais e não governamentais.

Art. 7º – O serviço de mediação familiar manterá banco de dados e cadastro atualizado dos acordos efetuados.

Art. 8º – O serviço em causa e os acordos que efetuar velarão pela observância dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente nos termos preconizados pelo respectivo Estatuto.

Art. 9º – Os serviços de mediação serão desenvolvidos e operados em regime de sigilo, para resguardo do interesse das partes, sendo impedidos de testemunhar em audiências os que neles tiverem atuação efetiva.

Art. 10 – Os acordos firmados entre as partes pelo Serviço de Mediação Familiar, serão reduzidos a termo, subscritos por duas testemunhas e submetidos à homologação judicial.

Art. 11 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis, 20 de setembro de 2001.

FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA
Presidente

ANEXO 2



ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Formulário de inscrição de mediação familiar

Data: // Protocolo N°

Secretário:

Identificação do Requerente:

Nome:

Idade:

Profissão:

Escolaridade e formação acadêmica:

Local de trabalho: Renda mensal:

Endereço residencial:

Telefone:

Identificação do Cônjuge ou Requerido:

Nome:

Idade:

Profissão

Escolaridade e formação acadêmica

Local de trabalho: Renda mensal:

Endereço residencial:

Telefone:

Composição Familiar

Número de filhos:

Número de dependentes:

História conjugal:

Casamento () Data do casamento:

União estável () Tempo de convivência:

Data da separação: Bens adquiridos:

Motivo

Separação judicial ()

Divórcio ()

Dissolução de união estável ()

Alimentos ()

Pensão alimentícia (entre os conviventes)()

Regulamentação de visitas ()

Modificação de guarda ()

Outros () Especificar:

Informações legais:

Existe alguma ação ajuizada? Sim () Especificar:

Nome do Advogado:

Data do 1º atendimento de mediação:

Mediador: Horário: Sala nº

Ass.:.....

120

CADASTRO DA SESSÃO DE MEDIAÇÃO

Datas de retorno 1ª sessão:

Datas de retorno 2ª sessão:

Datas de retorno 3ª sessão:

Datas de retorno 4ª sessão:

Acordo encaminhado para homologação**Natureza da ação:**

Dissolução de união estável ()

Separação judicial ()

Divórcio ()

Alimentos ()

Outros: () Especificar:.....

Arquivado no setor:

Reconciliação ()

Acordo sem homologação ()

Abandono e não comparecimento das partes nas sessões de mediação ()

Desmarcou e vai marcar outro dia ()

Outros () Especificar:.....

Orientação para ação judicial litigiosa ()

Sim () Não ()

Data: // Protocolo nº

Mediador:

Profissão:

Número de Sessões:

ANEXO 3

TERMO DE COMPROMISSO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Por meio deste TERMO DE COMPROMISSO DE MEDIAÇÃO, que entre nós celebramos, Parte 1 (nome completo, estado civil, profissão, endereço), Parte 2 (nome completo, estado civil, profissão, endereço), doravante denominados PARTES e MEDIADOR (nome completo, estado civil, profissão, endereço), acordam e estabelecem as seguintes cláusulas:

- 1 – (nome das partes), livre e espontaneamente, elegem (nome do Mediador) para condução do processo de Mediação, a respeito do (assunto), podendo a qualquer tempo desistir desta prática de resolução de conflito.
- 2 – Serão suspensos todos os procedimentos judiciais sobre o conflito durante a fase da Mediação.
- 3 – O MEDIADOR poderá, a seu critério, a qualquer momento encerrar os trabalhos, caso constate a impossibilidade de resolver, por meio da Mediação, o conflito apresentado.
- 4 – As PARTES e o MEDIADOR estão cientes e de acordo de que tudo o que for discutido oralmente, bem como todo e qualquer documento que venha a ser apresentado ou produzido, durante as sessões de MEDIAÇÃO, será mantido em absoluto e completo sigilo.
- 5 – As PARTES concordam em não arrolar o MEDIADOR como testemunha ou informante de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial que verse sobre o conflito mediado.
- 6 – As sessões serão realizadas na presença das PARTES e do MEDIADOR, podendo, entretanto, a critério do MEDIADOR, haver sessões em separado, com duração determinada pelas PARTES, em harmonia com os horários e disponibilidade do MEDIADOR.
- 7 – Nos casos em que houver sessões em separado, com uma ou ambas as PARTES, o MEDIADOR só poderá divulgar, no todo ou em parte, o que foi conversado em separado se houver autorização da parte ou se evidenciado casos de violência que devem ser denunciados.
- 8 – O MEDIADOR não atuará, em momento algum, como representante das PARTES, sendo-lhes aconselhável, se assim o desejarem, que consultem seus advogados quanto aos seus interesses antes de firmarem qualquer acordo resultante da presente mediação.
- 9 – As PARTES comprometem-se a fornecer todas as informações e documentos necessários para a resolução do conflito.
- 10 – O Serviço de Mediação, enquanto realizado no âmbito do Poder Judiciário, é isento de custos. E, por estarmos justos e acertados, cientes de nossos direitos e obrigações, firmamos o presente Termo de Acordo de Mediação em três vias, de igual teor e valor.

Local e Data:

PARTES 1

PARTES 2

MEDIADOR